

DM

**A Transmissão Transgeracional
dos Padrões de Interação Violenta
de Reclusos Agressores**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Laura Maria Fernandes Rodrigues Correia

MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE da MADEIRA
A Nossa Universidade
www.uma.pt

setembro | 2019

A Transmissão Transgeracional dos Padrões de Interação Violenta de Reclusos Agressores

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Laura Maria Fernandes Rodrigues Correia

MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

ORIENTAÇÃO

Maria da Glória Salazar D'êça Costa Franco

CO-ORIENTAÇÃO

Maria João Gouveia Pereira Beja

Agradecimentos

A presente dissertação representa um grande símbolo tanto no meu percurso acadêmico como na minha experiência pessoal e decorridos seis anos desde que iniciei este meu trajeto universitário, está na altura de agradecer a todos aqueles que me acompanharam, apoiaram e possibilitaram, direta ou indiretamente, que este meu sonho se tornasse realidade.

Às minhas orientadoras, a Doutora Glória Franco e a Doutora Maria João Beja, pelo apoio que me concederam desde o início do estudo, pela disponibilidade prestada, pelas palavras de motivação e incentivo e pelo otimismo e esperança que depositaram ao longo de toda a investigação bem como nas várias situações da minha vida pessoal.

Ao Sr. Diretor do estabelecimento onde foi realizado o estudo, pela afabilidade em ter autorizado a concretização desta investigação.

À Dr. Selma Vieira, técnica superior de reeducação social do EPF, por toda a atenção, apoio e carinho prestados.

Aos guardas prisionais, técnicos e responsáveis pelo estabelecimento prisional pela forma competente, profissional e amável com que me receberam.

Aos reclusos que, gentilmente, aceitaram participar no estudo.

À minha Jessica Mendonça pela amizade, companheirismo, apoio, motivação e por todos os momentos alegres e tristes partilhados não só ao longo de todo o percurso acadêmico, mas também, durante a minha caminhada pessoal.

Ao meu marido, Jesús Javier, por ser o meu companheiro de todos os momentos, por me dar força e coragem para enfrentar tantos obstáculos, pela paciência, compreensão e motivação incansáveis, pelo amor demonstrado, por acreditar e confiar em mim e por me fazer sentir especial a cada dia que passa.

Aos meus pais por todo o esforço, dedicação, por me ensinarem a nunca desistir, pelo amor incondicional e ao meu irmão por todas as partilhas e por tanto carinho... sem vocês não seria quem sou.

A todos os que fazem, verdadeiramente, parte da minha vida, muito obrigada!

A Deus e principalmente a Ele, obrigada por tudo e por tanto!

Resumo

O fenómeno da violência é uma realidade cada vez mais presente na nossa sociedade, facto que conduz, conseqüentemente, a um aumento gradual da população reclusa, detida pela prática de crimes violentos, em Portugal. Considerando que a violência é uma forma de expressão do comportamento que pode se exteriorizar de diversas formas, torna-se importante entender os aspetos que influenciam direta ou indiretamente na forma em que a própria violência se manifesta. Um dos fatores analisados nas últimas décadas diz respeito à exposição à violência ou a vitimação na infância na família de origem que parece estar relacionada com a execução de atos violentos na idade adulta e que amplificam o risco destes comportamentos se desenvolverem no futuro. As relações encontradas, embora variem entre fracas a moderadas, são congruentes e por esse motivo, no presente estudo pretendeu-se compreender como se relaciona o comportamento violento do sujeito com o processo de transmissão transgeracional dos padrões de interação violenta. Foi empregue uma metodologia qualitativa com recurso a um questionário sociodemográfico e à entrevista semiestruturada. Participaram no estudo 12 reclusos, do sexo masculino, do Estabelecimento Prisional do Funchal, detidos pela prática de crimes violentos. O tratamento dos dados foi realizado através da análise de conteúdo e nos resultados foi possível encontrar várias dimensões que na generalidade dos participantes suporta, efetivamente, um histórico familiar violento, nomeadamente o autoconceito; caracterização do comportamento violento do próprio indivíduo; caracterização do contexto relacional; representações acerca das relações familiares; e os planos de vida.

Palavras-chave: violência, família, transgeracionalidade, reclusos.

Abstract

The phenomenon of violence is an ever-present reality in our society, which leads, therefore, to a gradual increase in the prisoner population, detained for the practice of violent crimes, in Portugal. Considering that violence is a form of behavior expression that can be externalized in several ways, it is important to understand the aspects that influence directly or indirectly the way violence itself manifests itself. One of the factors analyzed in the last decades concerns the exposure to violence or childhood victimization in the family of origin that seems to be related to the execution of violent acts in adulthood and that amplify the risk of these behaviors to develop in the future. The relationships found, although varying from weak to moderate, are congruent and, for this reason, the present study aimed to understand how the subject's violent behavior is related to the process of transgenerational transmission of violent interaction patterns. A qualitative methodology was employed using a sociodemographic questionnaire and semi-structured interview. Twelve male prisoners from the Funchal Prison, detained for violent crimes, participated in the study. The treatment of the data was performed through content analysis and in the results it was possible to find several dimensions that in the majority of participants effectively supports a violent family history, namely self-concept; characterization of one's own violent behavior; characterization of the relational context; representations about family relationships; and the life plans.

Key-words: violence, family, transgenerationality, prisoners.

Índice

Introdução	1
Parte I – Enquadramento	3
Capítulo 1 – Fenómeno da violência	4
1.1. Conceito de violência.	4
1.2. Enquadramento legal.....	6
1.3. Tipologia da violência.	6
1.4. Fatores associados ao comportamento violento.....	11
1.5. Impacto da violência a nível mundial..	13
Capítulo 2 – Família e transmissão transgeracional dos padrões de interação violenta	13
2.1. Conceito de família.....	13
2.2. Transmissão transgeracional – definição.....	16
2.2.1. Modelo familiar de Murray Bowen.	17
2.2.2. Modelo contextual da família de Boszormenyi-Nagy.	19
2.2.3. Modelo familiar simbólico-experiencial de Carl Whitaker.	19
Parte II – Estudo Empírico	21
Capítulo 3 – Metodologia	22
3.1. Objetivos.....	24
3.2. Participantes e processo de amostragem.	24
3.3. Instrumentos de recolha dados.....	26
3.3.1. O guião da entrevista.	27
3.4. Procedimentos.....	30
3.5. Tratamento dos dados e processo de categorização.....	31
3.6. Procedimentos de validade do construto.	38
Capítulo 4 – Apresentação dos Resultados	39
4.1. Autoconceito.....	39
4.2. Identificação do comportamento violento do próprio indivíduo.	40
4.3. Caracterização do contexto relacional.	41
4.4. Representações acerca das relações familiares.....	45
4.5. Planos de vida.....	49
Capítulo 5 – Discussão	50
Parte III – Considerações Finais	56

Capítulo 6 - Conclusão	57
Referências	61
Anexos	73

Introdução

A violência, presumivelmente, sempre fez parte da experiência humana e o seu impacto pode ser constatado mundialmente de diversas formas, sendo que a cada ano que passa mais de um milhão de indivíduos perdem a vida, enquanto muitos mais “sofrem ferimentos não fatais resultantes de autoagressões, de agressões interpessoais ou de violência coletiva” (Dahlberg & Krug, 2007). Contudo, conforme as mesmas autoras, apesar de a violência ter estado sempre tão presente, nenhuma sociedade deve aceitá-la como um aspeto irrevogável da condição humana, pois é preciso não esquecer que simultaneamente com a violência, sempre houveram sistemas religiosos, filosóficos, legais e comunitários desenvolvidos com o objetivo de precavê-la ou restringi-la. Ainda assim, e visto que a temática da violência é tão vasta e cada vez mais atual, pensou-se analisar se os indivíduos que são atualmente maltratantes experienciaram, alguma vez, no seu passado, maus tratos ou vitimização familiar. Esta ideia surgiu considerando que a crença de que a família é uma instituição segura tem vindo a ser destruída pela descoberta, cada vez mais frequente, de vários incidentes familiares violentos, que continuam, muitas vezes, a serem ocultados. Assim, com o passar do tempo tem sido possível constatar que o próprio contexto familiar é um dos focos de violência mais usual na nossa sociedade e que pode efetivamente causar determinados traumas que conduzem a consequências negativas futuras (Sani, 2006). Neste seguimento, e segundo Miranda e Bordin (2010), entre os efeitos mais prováveis estão os divórcios e a observação de atitudes violentas por parte dos filhos do casal, existindo, de facto, quem defenda que os filhos que assistem a comportamentos violentos entre os pais têm um maior risco de apresentar problemas de acomodação social, delinquência e desordens mentais, tanto na idade da infância quanto futuramente já na vida adulta.

Tudo isto remete-nos para um outro conceito, o da transmissão transgeracional que pode ser definido como algo figurativo dos processos que são transmitidos pela família de uma geração para a outra e que se mantêm presentes ao longo da história familiar (Falcke, Wagner & Mosmann, 2005). Deste modo, considera-se que desde a infância, as experiências vivenciadas com as figuras mais importantes do mundo familiar vão influenciando, muitas vezes sem que o indivíduo se aperceba, as suas tomadas de decisões e as suas escolhas afetivas, sexuais, profissionais, entre outras, sendo, portanto, experiências que envolvem não só a cultura, mas também a ética e os

valores das gerações. Os autores indicam ainda que é como se todos os indivíduos possuíssem “vozes” familiares gravadas internamente e o que distingue uma pessoa da outra é o volume dessas vozes e a sua influência sobre os mesmos. Assim, verifica-se que muitos dos acontecimentos ou comportamentos de uma geração podem ser o reflexo dos acontecimentos e comportamentos da geração anterior, o que revela que os processos de transmissão transgeracional têm um interesse fundamental sobre a vida de qualquer pessoa.

Por esta razão, pretende-se que o presente estudo possa contribuir para uma melhor compreensão desta temática, tendo como principal objetivo perceber como se relaciona o comportamento violento do sujeito com o processo de transmissão transgeracional dos padrões de interação violenta. Para tal o estudo estará subdividido em três partes, onde na primeira encontraremos o enquadramento teórico com uma revisão exaustiva da literatura acerca dos conceitos de violência, família e transgeracionalidade e com menção a alguns estudos já realizados acerca da temática; na segunda, a descrição da metodologia utilizada, através da exposição dos objetivos, descrição dos participantes, alusão aos processos relacionados com a recolha dos dados, todos os passos empregues no tratamento e análise de dados e ainda a apresentação, análise e discussão dos resultados, onde serão narrados e analisados todos os resultados procedentes da investigação; e na terceira e última parte as considerações finais, com reflexões sobre o presente estudo, referência às limitações sentidas durante a execução do mesmo e com algumas recomendações futuras de investigação na área.

Parte I – Enquadramento

Capítulo 1 – Fenómeno da violência

1.1. Conceito de violência. A violência é uma forma de expressão do comportamento que pode ser constatada ao longo da história da humanidade e que pode se exteriorizar de diferentes formas (Silva, Lima, Pontes, Bucher-Maluschke & Santos, 2011), contudo no mundo de hoje, não é plausível conceituar a violência como sendo parte inevitável da condição humana. Por esta razão, nas duas últimas décadas tem-se verificado um considerável aumento dos estudos na área da saúde sobre a violência, isto devido, sobretudo, ao reconhecimento da dimensão do fenômeno como um grave problema de saúde pública, pela alta incidência, bem como pelas suas consequências à saúde física e psicológica das pessoas que sofrem algum tipo de violência (Coelho, Silva, & Lindner, 2014). Ainda assim, no discurso atual, o termo violência é usado de uma forma muito abrangente, vaga e indefinida, referindo múltiplas situações, pelo que se torna necessário apresentar a sua definição.

Veronese e Costa (2006), procurando uma definição, elucidam que a palavra “violência” vem do termo latino *vis*, que tem significado de “força”, pelo que violência corresponde ao uso excessivo da força, onde se age sobre alguém ou fazemo-lo agir contra sua vontade, utilizando a força ou a ameaça. Ainda assim, a violência, ao ser compreendida como um problema de saúde pública, pode ser definida, de acordo com Minayo e Souza (1997, p. 514), como “ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam a sua integridade física, moral, mental ou espiritual”.

Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (OMS) veio definir, em 2002, a violência como o “uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (Dahlberg & Krug, 2007, p. 1165). Esta definição abrange todos os atos de violência, quer sejam privados ou públicos; reativos ou pró-ativos e criminalizados ou não, e dela surgem cinco pontos fundamentais: a sua comoção, a sua intencionalidade, o predomínio, os alvos e a sua natureza (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002), que são considerados essenciais para a percepção da complexidade do fenômeno da violência e para a preparação de programas com vista à sua prevenção (Redondo, Pimentel & Correia, 2012).

Uma outra definição é apresentada por Manita, Ribeiro e Peixoto (2009, p. 10) que defendem que violência é “qualquer forma de uso propositado da força, coação ou intimidação contra terceiros ou toda a forma de ação intencional que, de algum modo, lese a integridade, os direitos e necessidades dessa pessoa”. Para Schraiber, d’Oliveira, Portella e Menicucci (2009), a ação violenta contempla formas severas de crueldade e o próprio assassinio, até formas menos visíveis de manifestação que abrangem as desigualdades de gênero, sociais e culturais.

Muitas outras definições existem, algumas idênticas, outras discordantes, porém, por este ser um fenômeno tão complexo que acaba por afetar todos os indivíduos emocionalmente, a violência não detém uma conceituação precisa e completa (Minayo, 2007). Todavia pode ser ainda, globalmente, definida como toda a ação executada, numa situação de interação ou intraindividual, numa certa circunstância, “direta ou indiretamente, por um sujeito-agente (um indivíduo, um grupo, uma classe social, uma instituição, uma etnia, um povo, etc.)”, com um “determinado grau de intensidade física, e/ou psicológica e/ou simbólica, sobre um sujeito-agido (um indivíduo, ou mesmo o próprio sujeito-agente, um grupo, uma classe social, uma instituição, uma etnia, um povo, uma nação), capaz de provocar neste, no mínimo, aperto doloroso/sofrimento físico, e/ou psicológico e/ou simbólico, e/ou sexual ou, no máximo, a própria morte, independentemente da qualidade da intenção (negativa ou positiva) por parte do sujeito-agente e ainda que sobre ele mesmo” (Frutuoso, 2005, p.68).

Neste mesmo âmbito importa ainda distinguir os conceitos de violência e de agressividade, que são, por vezes, confundidos. Segundo Freud (1980, citado por Minayo, 2007), a agressividade trata-se de um impulso inato, básico para a sobrevivência, proteção e adaptação de qualquer indivíduo. Constitui-se como componente protetor que facilita a construção do “espaço interior do indivíduo”, proporcionando, assim, a distinção entre o “eu” e o “outro”. Logo, a agressividade, ao invés da violência, inclui-se no procedimento de estruturação da subjetividade. A transformação da agressividade em violência é um processo tanto social como psicossocial para o qual colaboram “circunstâncias sociais, o ambiente cultural, as formas de relações primárias e comunitárias e, também, as idiossincrasias dos sujeitos” (Minayo, 2007, p.23).

Por conseguinte, a violência, assim como outros problemas de saúde pública, não se restringe a uma população delimitada, sendo uma exteriorização que,

independentemente do nível social e económico, atinge todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas (Melo & Teles, 2003), todavia este fenómeno não está dividido identicamente entre os gêneros ou faixas etárias, sendo que de acordo com a literatura as taxas de comportamento violento são maiores entre os homens do que entre as mulheres. Neste sentido, vários estudos têm demonstrado que, desde cedo, as mulheres apresentam significativamente menos comportamentos hostis e prisões por crimes violentos, enquanto os homens são mais ofensivos em diversas medidas de agressão, abrangendo prisões por homicídio e/ou crimes violentos (Krakowski & Czobor, 2004).

1.2. Enquadramento legal. Ao longo dos anos, Portugal tem vindo a criar uma legislação própria dirigida para a proteção dos direitos dos cidadãos que são vítimas de violência. Entre as diversas disposições legais existentes no Código Penal português destacam-se, neste domínio, os artigos 152.º, referente ao crime de “maus tratos e infração das regras de segurança, que contempla uma pena de prisão de 1 a 5 anos”; o de violação, com “uma pena de prisão de 3 a 10 anos” e o de “lenocínio uma pena de 6 meses a 5 anos”, e o 143.º respeitante ao crime de “ofensa à integridade física, que pune com pena de prisão até 3 anos quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa” (Dias, 2010, p. 257-258).

O crime de maus tratos e infração das regras de segurança (Artigo 152.º) é “aplicável a quem infligir ao cônjuge ou a quem com ele conviver em condições análogas às do cônjuge, maus tratos físicos ou psíquicos, assim como a progenitor de descendente comum em primeiro grau” (Dias, 2010, p. 258). De referir também que através da Lei n.º 7/2000, de 27 de maio, este crime passou a ser de carácter público, o que indica que a denúncia pode ser feita por qualquer indivíduo, passando, igualmente, a ser obrigatória para as entidades policiais.

1.3. Tipologia da violência. A assembleia Mundial da Saúde convocou a OMS de modo a criar uma tipologia da violência que especificasse os diferentes tipos de violência bem como as relações que os conectavam. Assim, autores como Dahlberg e Krug (2007) e a própria OMS (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002) propõem uma tipologia da violência que ramifica a definição geral em três grandes tipos, tendo em conta as características daqueles que cometem o próprio ato violento: violência coletiva que se refere a conflitos grupais ou comunitários, podendo ser causada por motivos sociais, económicos e/ou políticos, estando incluídos neste tipo crimes cometidos, por exemplo, por grupos organizados, atos terroristas e guerras; violência

autodirigida, que diz respeito à violência onde tanto o agressor como a vítima são o mesmo indivíduo e abrange atos como a automutilação e tentativas de suicídio; e violência interpessoal que corresponde à violência que ocorre entre indivíduos em contextos familiar e comunitário. A violência familiar, geralmente, sucede em casa, e abrange a violência infligida por parceiros íntimos, o abuso infantil e ainda o abuso contra idosos. Por sua vez, a violência comunitária ocorre entre sujeitos que não têm quaisquer laços familiares, incluindo neste âmbito a violência nos locais de trabalho, nas escolas e outras instituições.

A estes tipos de violência, Minayo (2006) acrescenta ainda a violência estrutural, que concerne aos processos sociais, políticos e económicos que espelham a fome, a pobreza assim como as desigualdades sociais, de gênero e de etnia.

Esta tipologia inclui ainda uma categorização em concordância com a natureza da violência, que pode manifestar-se de forma física, vista como a forma de alguém exercer poder e domínio sobre um indivíduo, podendo ser definida como o uso de força, que origina danos físicos ou orgânicos, e que podem ou não deixar algum tipo de marcas visíveis (Canha, 2002; Gover, 2009); verbal manifestando-se, sobretudo, através de ofensas, injúrias, sendo usualmente acompanhada também de violência física (Barros, Carvalho, & Pereira, 2009); psicológica, que é habitualmente caracterizada por “abuso emocional” e diz respeito a comportamentos de ameaça, autodomínio ou imposição, que podem ou pretendem causar algum tipo de dano à dignidade, à identidade ou ao desenvolvimento do sujeito que a sofre (Gover, 2009), tornando-se relevante mencionar que, muitas vezes, a violência psicológica tem um caráter mais grave do que a violência física por ser mais complicado de se evidenciar visto que não deixa quaisquer marcas visíveis, à semelhança da agressão física; de forma sexual, definida pela OMS como “atos, tentativas ou investidas sexuais indesejados, com uso de coação e praticados por qualquer pessoa, independentemente da sua relação com a vítima e em qualquer contexto, seja doméstico ou não” (Coelho, Silva, & Lindner, 2014, p. 24), consistindo, portanto, na exigência de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima, como violação ou tentativas de violação; económica que caracteriza-se por comportamentos que pretendem controlar o dinheiro da vítima sem que esta o pretenda (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009); de forma de privação ou negligência, caracterizada pela ausência, recusa ou desistência de cuidados básicos (Martins, 2007); e finalmente de forma cultural que se exterioriza através da substituição de uma cultura

por um conjunto de valores forçados, não respeitando a identidade cultural existente (Barros, Carvalho, & Pereira, 2009).

Para além disto, o fenómeno da violência pode ser definido considerando o grupo ou sujeito ao qual é direcionado (Coelho, Silva, & Lindner, 2014). Contudo, e segundo os mesmos autores, determinados termos utilizados são, muitas vezes, percebidos como sinónimos, pelo que se torna pertinente distinguir, sobretudo, violência doméstica, violência conjugal e violência familiar.

A violência doméstica é definida como um “comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó), ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro/a, ex-companheiro/a ou familiar” (Centro de Estudos Judiciários, 2016). Este padrão de comportamento violento constante origina, a curto ou médio prazo, danos físicos, psicológicos, emocionais, sexuais, exigência de isolamento social ou de privação financeira à vítima, e pretende dominá-la, fazê-la sentir-se subordinada, incapacitada, irrelevante ou procurar fazê-la viver num persistente clima de medo e pânico. Conforme o mesmo autor e vários estudos, a violência doméstica é também a forma mais frequente de violência sofrida pelas mulheres, sendo esta composta por atitudes dirigidas contra a o sexo feminino que correspondem a “agressões físicas ou sua ameaça, a maus tratos psicológicos e emocionais, a intimidação e a coação, a abusos ou assédios sexuais, ao desrespeito dos seus direitos na esfera da vida reprodutiva ou da cidadania social”. Uma outra particularidade da violência doméstica é precisamente ocorrer no contexto de relações íntimas, nas quais o ofensor, para além de uma peculiar proximidade afetiva, usufrui inúmeras estratégias e habilidades para controlar a sua vítima (Centro de Estudos Judiciários, 2016).

No âmbito da violência doméstica especifica-se a violência conjugal, sendo esta uma forma de violência praticada por um dos companheiros ou ex-companheiro sobre o outro. De forma concisa, é possível considerar que o ciclo da violência conjugal evolui, habitualmente, seguindo dois procedimentos, sendo eles o “ciclo da violência” propriamente dito, que abrange três fases: “fase do aumento da tensão”, “fase do ataque violento ou do episódio de violência”, e “fase de apaziguamento, reconciliação ou “lua-de-mel””; e um processo segundo o qual os comportamentos de violência tendem a

aumentar tanto de frequência, como de intensidade e perigosidade ao longo do tempo (Centro de Estudos Judiciários, 2016).

Por sua vez, no que respeita à violência familiar, tópico em destaque na presente investigação, trata-se de um problema colateral, sem respeito por etnias, níveis socioeconómicos ou crenças, sendo uma grave violação dos direitos e da dignidade humana, fazendo deste mesmo fenómeno um problema de saúde pública (Martins, Rato, & Marques, 2017). Segundo as mesmas autoras, a violência familiar, manifesta-se no seio familiar, comumente em crise e/ou conflito e pode seguir a família ao longo de todo o seu ciclo vital, sendo circundada e sustentada por tradições culturais e pelo “silêncio social”, diferenciando-se das outras violências pela sua componente de proximidade e familiaridade entre o agressor e a vítima. Outros autores (Gelles, 1974; Fattah, 1996, citados por Frutuoso, 2005) também consideram que a família pode ser vista como um núcleo de violência e chegam a afirmar que, dentro da esfera privada, é, provavelmente, a instituição social onde é mais usual ocorrerem episódios violentos. Assim sendo, de acordo com Frutuoso (2005) a violência familiar pode ser definida como “toda a ação exercida, numa situação de interação, num determinado momento, direta ou indiretamente, por um sujeito/agente (ou um grupo/subsistema familiar), com um certo grau de intensidade física, e/ou psicológica e/ou simbólica, sobre ele próprio ou um sujeito-agido/alvo (um indivíduo ou um grupo de indivíduos, entre os quais existem laços de parentesco ou afinidade, isto é, um subsistema familiar), capaz de provocar nele próprio ou em outro familiar ou grupo de familiares, no mínimo, aperto doloroso/sofrimento físico, e/ou psicológico e/ou simbólico, e/ou sexual ou, no máximo, a própria morte, independentemente da qualidade da intenção (negativa ou positiva), por parte do sujeito-agente” (Frutuoso, 2005, p.75-76). Deste modo a violência familiar caracteriza-se, sobretudo, pelo facto de entre o agressor e a vítima existirem laços de parentesco, sejam eles por sanguinidade ou por afinidade.

Consequentemente, é possível concluir que também não existe um único tipo, nem uma única forma de violência familiar, mas sim diversas formas deste tipo de violência, sendo que, novamente, no quadro da violência intraindividual abrangemos os maus tratos físicos e o suicídio ou tentativas de suicídio; na interindividual, compreendemos, por exemplo, os maus tratos físicos e psicológicos, o assédio sexual, e o homicídio; enquanto que dentro da violência de grupo, abarcamos, para além das previamente mencionadas, as desavenças grupais (Frutuoso, 2005). No que diz respeito aos tipos e

formas de violência familiar relatados, as mais habituais parecem ser as executadas “entre cônjuges ou companheiros, de pais para filhos, de padrastos para enteados, de filhos para pais, entre irmãos, sendo, no entanto, as mais veiculadas, a violência conjugal ou marital (marido ou companheiro que bate na mulher) e a paternal (pai que bate nos filhos)” (Frutuoso, 2005, p. 94-95). Quanto a esta temática tem-se verificado um crescimento de investigações cujo objetivo consiste em conhecer o perfil psicológico de agressores conjugais e desse mesmo modo compreender os seus atos violentos, sendo possível, igualmente, executar-se medidas próprias de prevenção e intervenção psicológicas. Podem, logo, distinguir-se vários tipos de estudos, como os que são centrados na existência de perturbações de personalidade específicas de agressores domésticos, os centralizados nas características sociodemográficas e psicopatológicas de agressores que vivem com as vítimas, investigações sobre o perfil criminológico de agressores detidos por um crime de violência doméstica, assim como comparações entre homicidas e não homicidas e estudos sobre a predominância de psicopatia (Echeburúa, Fernández-Montalvo & Corral, 2008).

Relativamente ao testemunho pela criança da violência entre o casal, há que mencionar que este antecede os maus tratos, influenciando o seu desenvolvimento físico, social, emotivo, comportamental, cognitivo e de forma geral, a sua saúde, confirmando-se que crianças que presenciaram algum tipo de violência familiar podem até demonstrar as mesmas perturbações do que as que foram abusadas. A exposição da criança à violência familiar pode, futuramente, tornar-se num fator de risco para que elas próprias adotem padrões comportamentais violentos e impróprios nos seus relacionamentos (Alarcão, 2006; OMS, 2012; Redondo, Pimentel & Correia, 2012). Para além de tudo isto, são notórios os efeitos do impacto que a violência familiar tem não apenas sobre a saúde individual, mas também familiar e social de qualquer sujeito, como a perturbação do funcionamento familiar, o afastamento social, o decréscimo da produtividade, o desemprego e o estigma social. (Krug, Dahlgerg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002; Redondo, Pimentel & Correia, 2012). Ainda assim, os efeitos da violência podem não ser claros, razão pela qual cada criança e cada família deve ser entendida e ajudada de forma específica (Gôngora, 2015).

Conforme tudo o que foi referido anteriormente, e indo também de acordo com a perspectiva de Rehbein e Chatelard (2013), entende-se que o seio familiar é efetivamente um espaço privilegiado para a ocorrência de violência pelo facto de ser neste mesmo

meio que se articulam diversos mecanismos de identificação. A violência em contexto familiar é, portanto, um fenómeno que envolve questões complexas referentes a aspetos como o género, as dificuldades e os problemas que podem afetar a relação entre os membros da família, sendo essencialmente caracterizada pelo abuso de poder (Milani & Loureiro, 2008). Este tipo de violência pode ainda ser fruto de uma crise que não foi resolvida dentro da própria família ou um padrão de relacionamento que acompanha o histórico familiar daquele mesmo grupo (De Antoni, Mesquita, & Koller, 1998).

1.4. Fatores associados ao comportamento violento. O comportamento violento é considerado multifatorial, visto que os estudos demonstram que fatores biológicos, socioambientais e a interação entre eles podem estar envolvidos no desenvolvimento do comportamento ofensivo, violento e antissocial (Mendes, Mari, Singer, Barros, & Mello, 2009).

Conforme os mesmos autores, no que concerne aos fatores de risco biológicos com indícios de evidência mais elevados na literatura são os de carácter genético; os que se encontram relacionados com dificuldades no período pré-natal como, por exemplo, a desnutrição materna e exposição a substâncias como o álcool e tabaco; e a hipoxia pós-natal, desnutrição na infância e ainda distúrbios no córtex pré-frontal.

Por outro lado, no que respeita aos fatores sociais, Farrington (1998, citado por Mendes, Mari, Singer, Barros, & Mello, 2009), identificou, num estudo longitudinal, a pobreza, a criminalidade na família, a criação precária, desaprovação escolar, o déficite de atenção e a hiperatividade e comportamento antissocial na infância como os principais preditores sociais do comportamento agressivo e violento.

Deste modo, segundo Mendes, Mari, Singer, Barros e Mello (2009), se os comportamentos das crianças forem compensados ou castigados de forma adequada, se estas tiverem exemplos positivos e não assistirem a conflitos familiares, conseguirão desenvolver aprendizagens e capacidades sociais que lhes permitirão compreender os vários aspetos sociais, conduzindo-as a um comportamento apropriado e, conseqüentemente, não violento/agressivo. Contudo, quando durante a fase da infância, os indivíduos passam por situações de maus-tratos, como rejeição materna, violência interparietal, cuidadores negligentes, educação inapropriada e severa, e por casos de abuso sexual e físico, estes serão mais propensos a desenvolver comportamentos violentos deste muito cedo, e por sua vez, comportamentos ofensivos e antissociais em adultos. Neste mesmo âmbito teorias do desenvolvimento salientam a perturbação de

experiências precoces, como a rutura de vinculação da criança com a figura parental, como fortes preditores de futuros comportamentos agressivos e maltratantes. No entanto, e embora existam estudos diversificados, ainda continuam a persistir algumas dúvidas por esclarecer, pois de acordo com Manita, Ribeiro e Peixoto (2009), estudos elaborados recentemente e de carácter multidimensional vêm indicar que somente uma minoria das vítimas de maus tratos se torna futuramente maltratante e que a generalidade dos agressores não passou por experiências de maus-tratos familiares.

No que diz respeito à fase da adolescência, Mendes, Mari, Singer, Barros e Mello (2009) defendem que adolescentes que se relacionam com pares delinquentes mostram também uma maior probabilidade de desenvolverem comportamentos ditos delinquentes. Os baixos níveis de autodomínio e alta impulsividade, que podem decorrer de aspectos genéticos e/ou ambientais, fazem com que estes se associem a esses tipos de grupos e que sejam afastados de grupos pró-sociais. De uma outra perspetiva, adolescentes que tiveram pais muito ausentes ou muito permissivos tendem também a manifestar comportamentos de delinquência, que podem incluir o uso de álcool e drogas e, uma vez mais, vínculos com pares delinquentes.

A relação da violência com o consumo de álcool e/ou droga tem, igualmente, vindo a ser desenvolvida a diversos níveis de recolha de dados, sendo que de acordo com Palermo (1994, citado por Frutuoso, 2005) este defende que uma maioria dos delinquentes violentos patenteia uma grande incapacidade de operar de forma independente e autónoma, devido à adição de substâncias como drogas e álcool. Segundo o mesmo autor, num estudo levado a cabo pelo *Bureau of Justice Statistics*, nos EUA, em 1991, sobre a condição de reclusos de uma prisão, apontou que 61% dos reclusos violentos referiram que, tanto eles próprios como as vítimas, estavam sob o efeito do álcool ou outras substâncias, aquando da prática do crime violento. Sob outra perspetiva, o mesmo estudo apontou o uso de substâncias aditivas como um dos fatores intervenientes, entre outros, como, o ambiente familiar e a pertença a um gang, na prática do crime violento. No entanto, outras investigações efetuadas têm referenciado que não é possível determinar uma relação de causalidade entre esses mesmos fatores e a prática da violência, mas sim uma associação em que esses consumos atuam como “desinibidores”, propiciando o exercício dos atos violentos (Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009).

Um outro aspeto pertinente na compreensão do comportamento violento, e indo de acordo com a teoria da desintegração social, é a carência das instituições sociais e da própria comunidade para fornecer ferramentas alusivas às necessidades primárias, à integridade física e ao reconhecimento social. Assim, entende-se que a integração social ocorre, sobretudo, através de três dimensões: “socio estrutural”, que inclui o acesso a bens materiais e culturais; “institucional” e “socio emocional”, na medida em que quanto mais integrado socialmente for o indivíduo, maior será o recebimento das regras e leis sociais (Mendes, Mari, Singer, Barros, & Mello, 2009), e conseqüentemente, menor será o desenvolvimento de comportamentos violentos.

1.5. Impacto da violência a nível mundial. A violência, seja ela como for, abala e muito a qualidade de vida de qualquer indivíduo, e neste âmbito, a OMS, referindo-se à estimativa geral de mortes associadas com a violência, em 2000 (Krug, Dahlgerg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002) afirma que, no mundo, diariamente, mais de 4000 pessoas falecem devido a atos violentos. Sensivelmente, 2300 “às suas próprias mãos”, mais de 1500 por causa de lesões traumáticas aplicadas por outro sujeito, e superior a 400 como consequência de guerras ou outra forma de violência coletiva. Percentualmente, declara-se que 49,1% das mortes violentas estão relacionadas com o suicídio, 31,3% com o homicídio e 18,6% com as guerras (Redondo, Pimentel, & Correia, 2012). Em estudos mais recentes, a OMS salienta ainda que as mulheres, as crianças e as pessoas idosas são quem mais sofre maus tratos físicos, psicológicos e sexuais e que o consumo nocivo de álcool encontra-se vigorosamente correlacionado com a violência (Perdigão, Menezes, Almeida, Machado, Silva, & Prazeres, 2014).

Capítulo 2 – Família e transmissão transgeracional dos padrões de interação violenta

2.1. Conceito de família. Depois de um estudo levado a cabo por Murdock (citado por Worsley, 1983) que envolveu 250 sociedades, o autor definiu família como um "grupo social que se caracteriza por residência comum, cooperação económica e reprodução. Inclui adultos de ambos os sexos, pelo menos dois dos quais mantêm uma relação sexual socialmente aceite e um ou mais filhos dos adultos que vivem em coabitação sexual, deles próprios ou adoptados". Elucida ainda o que significa núcleo familiar referindo que se trata de "um homem e uma mulher, casados, com a sua prole, embora, em casos especiais, uma ou mais pessoas possam viver com eles",

considerando o referido núcleo "como sendo um agrupamento social, humano e universal" (Worsley, 1983, p. 167). Ainda assim, passados alguns anos e tendo por base estudos mais recentes levados a cabo, sobretudo, por sociólogos e historiadores sociais compreende-se que a "família" tem demonstrado, ao longo do tempo, estruturas distintas de relações e de papéis, adotando, da mesma forma, diferentes perspetivas, representações e significados (Frutuoso, 2005). Começou-se, efetivamente, por considerar que uma família é, resumidamente, constituída pelo pai, mãe e seus filhos, que vivem debaixo de um mesmo teto e exercem uma economia doméstica comum, porém, foi em 1994, que a OMS esclareceu que o conceito de família não se pode restringir a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção, visto que qualquer grupo cujos vínculos sejam alicerçados na confiança, no apoio mútuo e num destino em comum, deve ser considerado como família. É possível definir-se do mesmo modo, genericamente, como todo o grupo de pessoas que se encontram relacionados biológica, emocional ou legalmente (McDaniel, Hartman, & Grubb 2003) sendo, portanto, o primeiro agente social implicado na promoção da saúde e no bem-estar do indivíduo. De acordo com Sampaio e Gameiro (1985), também fazem parte da família indivíduos que não estão interligados por traços biológicos, mas que são importantes, como amigos, professores, entre outros, no contexto relacional do sujeito.

Conforme Frutuoso (2005), a família é uma unidade social dinâmica, sujeita a mudança, sendo esta consequente, por um lado, da modificação que se realiza nos sujeitos que a constituem e, por outro lado, das alterações económicas, sociais e políticas que surtem na sociedade em que a família se inclui, sendo esta, portanto, um processo.

De um outro ponto de vista, considerando as diferentes estruturas de relações e de papéis que a família tem adotado no decorrer do tempo, assim como as várias interpretações, significados e representações da mesma, é possível concluir que o conceito de família assume uma determinada pluralidade, isto devido à existência de diferentes famílias, constituídas de diferentes formas e estruturas. Deste modo, pode-se dizer que não existe uma única forma de família (Frutuoso, 2005). Dessarte, e indo ao encontro daquilo que é defendido por Frutuoso (2005), podemos definir "família" como um sistema, isto é, como um todo, com características próprias, estruturado de forma complexa, como uma estrutura, onde os seus integrantes, ao longo do tempo, vão interagindo, de forma pregressa, uns com os outros; um sistema ativo de interações e relacionamentos entre os vários indivíduos implicados, num determinado período,

contexto ou espaço, um processo, através do qual as ações adquirem significado para as pessoas.

Segundo a Teoria Sistêmica, a família representa-se como a base da identidade dos seus membros, possibilitando a criação de um sentimento de pertença, mas também consentindo o isolamento e individualização de cada um (Costa, 2010). Para Féres-Carneiro (2003), a ideia de família prevê a interiorização de vivências, experiências, concepções e de valores que serão transferidos para outros relacionamentos futuros. A forma como os papéis, os entendimentos e as resoluções de confrontos sucederam na família de origem, assim como a maneira como as regras foram elucidadas no decorrer das relações, serão legadas, internalizadas e transmitidas às gerações seguintes (Bucher-Maluschke, 2003).

Entende-se, portanto, que a família consiste num espaço privilegiado para a aquisição e desenvolvimento das aptidões básicas à interação e ao relacionamento e para a vivência das ligações interpessoais e afetivas relevantes, como a filiação, a fraternidade, o amor e a sexualidade. A identidade pessoal advém, por conseguinte, das emoções e afetos, positivos ou negativos, desenvolvidos no seio familiar, sendo significativo para a futura vida social do indivíduo (Alarcão, 2006). Também para Magalhães (2008), na família, cada indivíduo adota um determinado papel, que pode ser instituído por ordem de nascimento, idade, sexo e/ou características de personalidade, sendo que, neste âmbito, a educação recebida pelo sujeito é essencial, pelo facto das regras, noções de moralidade e ética e exemplos de conduta dos progenitores contribuírem expressivamente para a formação da personalidade.

Contudo, e visto que a família está inserida numa unidade social maior, qualquer acontecimento nesta pode refletir-se na própria família como, por exemplo, uma crise económica, uma guerra, catástrofes, e assim por diante. Deste modo, torna-se fundamental compreender que a família vai sofrendo transformações nos seus conceitos ao longo do tempo, porque a sociedade em que se insere está, igualmente, em constante alteração (Assis, 2006). Logo, a família só pode ser percebida quando analisada de uma forma geral, tendo em conta não só a sua estrutura como também o seu desenvolvimento, os integrantes e as suas condutas, as ligações e as normas estabelecidas (Cavaco, 1999; Alarcão, 2006).

Posto isto, depreende-se que os indivíduos não conseguem construir integralmente a sua história, por se ancorar a uma história familiar que o antecede. Assim, se o sujeito tem o privilégio de se desenvolver num seio familiar funcional e afetivo, onde é transmitida segurança, proximidade e bem-estar, são grandes as probabilidades de desenvolver vínculos fortes e seguros. Porém, se a família não é tão funcional, sem ou com poucas manifestações de afetos, com relações distantes e frias, sem confiança e sem comodidades, acrescem as possibilidades de receber de herança essa disfuncionalidade familiar (Camarneiro, 2015). Neste sentido, torna-se relevante aprofundar o tema da transmissão transgeracional, considerando que a transmissão classifica as afeições e rejeições, preceitos e reprovações, bem como os mitos e as ideologias, repartindo o lugar de cada membro da família (Eiguer, 1998).

2.2. Transmissão transgeracional – definição. Nos últimos anos, as investigações têm patenteado o interesse de observar o sujeito a partir do que arrecadou das gerações anteriores e entender, sobretudo, a repercussão dos factos interligados à “transgeracionalidade” e à “intergeracionalidade” (Razera, Cenci, & Falcke, 2014, p. 48). A transmissão psíquica entre gerações começou a ser estudada primitivamente pela psicanálise, que dispõe de um conhecimento enorme acerca deste mesmo assunto. Conforme esta abordagem, a transmissão caracteriza-se como um processo inconsciente que pode ocorrer através de duas modalidades básicas, sendo elas a intergeracional, transmitida comumente pelos pais, ou seja, pela geração mais próxima e na qual o conteúdo transmitido pode ser alterado e metabolizado, ou até mesmo implicado e transmitido à geração seguinte; e a transgeracional, em que “o material psíquico da herança genealógica é inconsciente e não simbolizado, não é integrado no psíquico, este apresenta lacunas, elementos foracluídos, encriptados, e é transmitido por várias gerações” (Rehbein & Chatelard, 2013, p.565; Barbosa & Nascimento, 2015). Também Camarneiro (2015) distingue transmissão transgeracional da intergeracional, sendo que para a autora, a primeira ocorre entre “gerações sem contacto direto, no sentido descendente e segue, essencialmente, as vias de comunicação verbal (digital) e as suas particularidades estruturais”, enquanto a segunda ocorre entre “gerações com contacto direto (pais e filhos), pode efetuar-se nos dois sentidos e passa sobretudo pelas vias de comunicação não verbal ou pré-verbal (analógica)”. Atualmente esta diferenciação não é utilizada por todos, predominando a expressão “transmissão transgeracional” para ilustrar qualquer uma das situações (Camarneiro, 2015, p. 191).

Deste modo, a transgeracionalidade pode ser definida como a “transmissão de padrões de relacionamentos familiares que se repetem de uma geração a outra”, sendo estes modelos “definidos a partir dos legados, valores, crenças, segredos, ritos e mitos que se perpetuam e conferem um sentimento de pertença e de identidade” (Perdigão, Menezes, Almeida, Machado, Silva, & Prazeres, 2014).

Em concordância com Rehbein & Chatelard (2013), as funções de alteração e composição do grupo familiar, nomeadamente nas situações de violência ficam implicadas na dimensão “intrafamiliar”, com as agressões de todas as ordens, e na “político-social”, com as guerras, ditaduras, genocídios e pobreza. Perante acontecimentos tão perturbadores como mortes, abortos, migrações, crimes e/ou histórias de violência, surge a necessidade de amenizar os efeitos devastadores e traumáticos desses mesmos fatores na transmissão psíquica, recorrendo a mecanismos de defesa como a “denegação, clivagem e projeção” (Rehbein & Chatelard, 2013, p.565), que acabam de certa forma por contribuir para a geração dos segredos de família. Para além desta, existe ainda a possibilidade de as heranças psíquicas não serem assumidas nem processadas pela família, e desta forma são transmitidas, dando prosseguimento geracional e mantendo “lacunas, proibições, segredos, recalcações e esquecimentos na história da família”, ou, ainda, incitando o aparecimento de novas “rugas” (Rehbein & Chatelard, 2013; Hartmann & Schestatsky, 2011).

Entende-se, portanto, que a influência da herança das gerações anteriores na geração atual é deveras considerável e pode continuar nas gerações futuras como marcas de um sistema familiar que, sendo este funcional ou disfuncional, evidencia-se nos vários aspetos da vida do indivíduo. Assim, denota-se relevante salientar alguns aspetos da dinâmica familiar através de autores de renome como Murray Bowen, Carl Whitaker e Ivan Boszormenyi-Nagy.

2.2.1. Modelo familiar de Murray Bowen. No que diz respeito a Murray Bowen, este apresenta a sua Teoria Familiar Sistémica que avalia a família como uma unidade emocional e usa o pensamento sistémico para descrever as complexas interações que sucedem dentro da mesma. Dos diversos processos apresentados pelo autor, importa destacar o processo de projeção familiar e o de transmissão multigeracional.

No que concerne ao processo de projeção familiar, este descreve a forma como os progenitores se comportam e conseqüentemente, o ambiente emocional que geram na família. Devido a este processo, os pais tendem a procurar nos seus filhos mecanismos

emocionais que, de algum modo, reconhecem neles mesmos, e convertem tal percepção projetiva numa realidade. Deste modo se, por exemplo, os próprios progenitores se sentem inseguros socialmente, tenderam a ver estas mesmas inseguranças nos filhos, e poderão transmiti-las de várias formas. As consequências desta projeção serão, portanto, notáveis, pois a percepção dos pais sobre um filho tem uma enorme influência sobre o seu comportamento e desenvolvimento (Rodríguez-González & Berlanga, 2015). Para Martins, Rabinovich e Silva (2008) a projeção é diferente do “cuidado” e caracteriza-se por uma preocupação desassossegada, confusa e desmedida com um ou mais filhos(as). O filho eleito, objeto da projeção dos pais, torna-se o mais interligado a eles e, concludentemente, aquele com um nível mais reduzido de “diferenciação do self” (que se refere à afirmação da sua particularidade, individuação e ao seu direito de pensar e exprimir-se autonomamente dos valores e crenças sustentados pela sua família). Nestes casos, o progenitor transmite o seu anseio ao transferir para o descendente uma carga emocional das suas desilusões, contrariamente a incentivá-lo no seu processo de diferenciação. Desse modo, afeta emocionalmente o seu descendente, que se torna “infantilizado”, desenvolvendo progressivamente indícios de “imaturidade psicológica” (Martins, Rabinovich, & Silva, 2008, p.184).

No que se refere ao processo de transmissão multigeracional, Bowen defini-o como os padrões, conteúdos, funções e valores no triângulo (pequena unidade relacional) que são transmitidos de geração em geração, da projeção do pai para o filho. O impacto desta transmissão será, evidentemente, diferente de criança para criança, pois derivará do grau de união do triângulo que tem com os progenitores (Duque, 2009). Conforme Martins, Rabinovich e Silva (2008) o processo de transmissão multigeracional relaciona-se com a passagem do “processo emocional da família através de várias gerações, tanto do marido quanto da mulher”. No que diz respeito ao fluxo de ansiedade de uma família este pode ser tanto horizontal como vertical. O fluxo horizontal na relação familiar compreende a ansiedade provocada pelo *stress* na família à medida que esta prossegue no tempo, lidando com as modificações e evoluções do próprio ciclo de vida familiar. (Carter & Mc Goldrick, 1995, citados por Martins, Rabinovich, & Silva, 2008). Por sua vez, e segundo as mesmas autoras, o fluxo vertical envolve padrões de relacionamento e funcionamento que são transferidos para as gerações seguintes de uma família, nomeadamente, através do mecanismo de triangulação emocional, que corresponde a uma configuração emocional de três pessoas.

Portanto, compreende-se que a transmissão multigeracional ocorre basicamente através do processo de projeção familiar, assim como de múltiplas vias de aprendizagem e comunicação que vão desde o ensinamento consciente e a aquisição de informação até à planificação de reações emocionais e comportamentos de forma automática e inconsciente (Rodríguez-González & Berlanga, 2015).

2.2.2. Modelo contextual da família de Boszormenyi-Nagy. O modelo de Bowen é complementado pelas contribuições do Modelo Contextual da Família de Boszormenyi-Nagy, que destaca conceitos como legado e lealdade de modo a evidenciar que os membros de um sistema familiar adquirem expectativas e responsabilidades em relação aos outros, ao longo do tempo (Duque, 2009). No modelo de Boszormenyi-Nagy, são diversos os conceitos que procuram ilustrar o contexto transgeracional na família, porém, de modo a ir ao encontro deste estudo, serão enfatizadas as noções de “lealdade intergeracional” que segundo Boszormenyi-Nagy (1965, cit. In Sexton et al., 2003, citados por Duque, 2009, p.24) corresponde aos ditos “compromissos emocionais” e “deveres” para com a família de primórdio e para com a dinâmica geral, que permite a intersecção de variadas gerações e que abrange ligações preferenciais a figuras relacionais, sendo ainda relevante assinalar que as “lealdades verticais” devem ser proporcionais às “lealdades horizontais”; “lealdades invisíveis” que conforme Boszormenyi-Nagy e Krasner (1986, citado por Duque, 2009, p.25) são expostas por meio de atitudes e condutas referentes a relações passadas que bloqueiam compromissos numa relação atual; “legado”, que segundo os mesmos autores concerne às expectativas alusivas aos relacionamentos entre pai e filho consequentes da história familiar, sendo que a geração atual tem autoridade para determinar o que é benéfico para o posterior bem-estar e subsistência; e finalmente “conta intergeracional” que controla a realização dos deveres efetuados posteriormente e nas gerações seguintes, abrangendo parceiros conjugais, que direciona e “mantém os membros dentro do sistema” (Duque, 2009, p.25).

2.2.3. Modelo familiar simbólico-experiencial de Carl Whitaker. No que concerne aos contributos de Whitaker (1982, citado por Roberto, 1992, citados por Duque, 2009), este apresenta o seu Modelo Simbólico-Experiencial e apoia-se na noção de que a compreensão de princípios morais, crenças e necessidades de cada pessoa são estabelecidas na família de origem, por meio da partilha de pensamentos e da dinâmica emotiva entre os membros da própria família.

Respeitante ao fator da transgeracionalidade, Whitaker (1988, citado por Duque, 2009) menciona que os desacordos/oposições de valores numa certa família, pelo facto de serem excessivamente inflexíveis ou ainda enraizados nos hábitos do passado, tendem a perdurar durante diversas gerações e serem libertos numa geração posterior, devido à sua colocação na família e/ou a características biológicas. Este procedimento pode surgir numa determinada geração em especial por esta ser mais perseverantemente controlada, gerando outros “fatores de stress relacional, conjugal e familiar, tornando-se indivíduos com exigências emocionais mais difíceis de cumprir” (Duque, 2009, p.26).

O autor referencia, então, que o stress transgeracional pode persistir devido à existência de mitos destruidores ou tradições familiares, facto que pode sujeitar os membros da família às necessidades e carências da geração anterior (Duque, 2009).

Tendo em conta tudo o que foi referenciado anteriormente, considerou-se relevante tentar compreender se o comportamento violento de indivíduos reclusos se relaciona com o processo de transmissão transgeracional dos padrões de interação violenta. Através de um estudo qualitativo, procurar-se-á entender as representações que reclusos que praticaram crimes de violência têm acerca da sua estrutura familiar, bem como dos seus padrões comunicacionais.

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 3 – Metodologia

No que diz respeito à metodologia, esta insere-se num estudo qualitativo, onde um fenómeno pode ser entendido no contexto em que sucede e do qual faz parte, devendo ser estudado numa perspetiva integrada. Para tal, o analisador dirige-se ao próprio campo e tenta captar o fenómeno em estudo a partir do ponto de vista das pessoas nele implicadas, considerando todas as perspetivas importantes (Godoy, 1995).

Segundo o mesmo autor, o método qualitativo pode ser definido por quatro características básicas, sendo elas o recurso ao contexto natural como fonte direta de recolha de dados e o pesquisador como instrumento; possui um carácter descritivo; destaca a relevância do significado que os indivíduos atribuem aos fenómenos e à realidade; e impera sob uma perspetiva indutiva.

Assim, conforme Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa, ao contrário da quantitativa, não se apreende com “representatividade numérica”, mas sim, com o aprofundamento da perceção de um grupo, uma organização, entre outros, tendo como principal objetivo desenvolver um modelo de conhecimento fundamentado nas vivências e crenças dos participantes, sendo uma metodologia ajustável, interativa e emergente (Öhman, 2005).

Para Creswell (1998), este tipo de metodologia é um processo de compreensão que investiga as questões sociais dos sujeitos, em que o pesquisador produz a sua investigação de forma complexa e holística, examina palavras, relata detalhadamente as representações dos participantes e orienta o estudo no seu meio natural.

De acordo com Gerhardt & Silveira (2009), podemos ainda referir algumas características da pesquisa qualitativa onde é pertinente mencionar o carácter objetivo do fenómeno em estudo, a observação das distinções entre o meio social e o meio natural, o carácter interativo entre os objetivos investigados pelos pesquisadores e ainda a procura de apresentação dos resultados mais fidedignos possíveis.

A metodologia qualitativa rege-se, então, por diversos pressupostos de maneira a alcançar o rigor científico. Para esta metodologia todas as realidades são distintas e construídas socialmente, isto é, mudam consoante os diferentes grupos de indivíduos e os vários contextos sociais. Por conseguinte, cabe ao pesquisador encontrar e entender esta pluralidade de realidades, não procurando uma única verdade. Para além disto, entre o investigador e os participantes há uma interação permanente, existindo influência entre eles, sendo uma metodologia indutiva, relacionada com o contexto e o

tempo e que conseqüentemente requer um estilo de investigação adaptável e em constante desenvolvimento, à medida que os dados vão sendo recolhidos (Lincoln & Guba, 1985; Öhman, 2005).

Deste modo entende-se que na pesquisa qualitativa, diversos tipos de dados são coletados e estudados para que seja possível compreender a dinâmica do fenômeno em estudo. Partindo de questões amplas que vão se clareando no decorrer da pesquisa, o estudo qualitativo pode, no entanto, ser direcionado através de distintos caminhos (Godoy, 1995).

Perante o referenciado, este tipo de metodologia vai, efetivamente, ao encontro dos objetivos pretendidos neste estudo, particularmente, uma abordagem condescendente, interpretativa e descritiva de um fenômeno segundo as experiências pessoais de cada indivíduo.

No caso da presente investigação, decidiu-se seguir o caminho da fenomenologia que tem como grande fundador Edmund Husserl, que propôs a mesma como um método experimental baseado na consciência de fenômenos (Padilla-Díaz, 2015). Aplicado à pesquisa, Finlay (2009) afirma que a fenomenologia consiste no estudo dos fenômenos: a sua natureza e significados, estando o foco nas percepções que os indivíduos têm sobre o mundo em que vivem e o que este significa para eles. Deste modo a presente investigação pretende estudar o percurso de vida dos indivíduos e a emergência ou não de experiências de fenômenos de violência, a partir da percepção de reclusos agressores que se encontrem detidos no EPF.

Entende-se, então, que a fenomenologia é uma maneira genuína de representar as realidades que determinadas pessoas experimentam em suas vidas, sendo que normalmente, o tipo de problema mais adequado para esta pesquisa é o estudo das experiências vividas/comuns, estando a ênfase ao analisar os dados na essência (ou experiências comuns) e no significado da experiência (Padilla-Díaz, 2015).

Assim, e no que diz respeito ao investigador fenomenológico, este procura aprender com aqueles que viveram ou vivem uma determinada experiência, considerando que o sujeito que experimenta algo é quem melhor pode relatar a respetiva vivência. Assim, na fenomenologia, a procura de significados é uma tarefa fundamental para o investigador que se baseia num método que tenciona chegar a uma compreensão dos múltiplos significados da experiência vivida, e que, por sua vez, tem múltiplos contornos (Baptista, Merighi, & Freitas, 2011).

Para além de tudo isto, o presente estudo é descritivo, pelo facto de procurar relatar o testemunho dos reclusos, especificando as suas experiências e vivências.

3.1. Objetivos. O objetivo geral desta investigação passa por compreender como se relaciona o comportamento violento do sujeito com o processo de transmissão transgeracional dos padrões de interação violenta, sendo que de um modo mais específico pretende-se:

- a) Descrever a perceção que reclusos agressores, detidos no Estabelecimento Prisional do Funchal, têm acerca da sua estrutura e dinâmica familiar;
- b) Perceber a compreensão que reclusos agressores, detidos no Estabelecimento Prisional do Funchal, têm dos seus padrões comunicacionais, dentro do contexto familiar, em termos de complementaridade e/ou simetria.

3.2. Participantes e processo de amostragem. No que respeita à metodologia qualitativa, a amostra é constituída de uma forma intencional e estratégica à medida que a investigação vai despontando, possibilitando uma maior flexibilidade durante o processo da pesquisa. Enfatizar ainda que a amostra deverá ser representativa da população, contudo não numa perspetiva estatística (Glaser, 1978; Kvale, 1996, citados por Öhman, 2005). Consequentemente, e no que concerne ao processo de amostragem da presente investigação, este é não probabilístico, visto que a amostra será selecionada de acordo com os objetivos do estudo, e por conveniência, cujo critério é estar detido no Estabelecimento Prisional do Funchal, devido à prática de um crimes contra pessoas ou contra a integridade física.

Alusivo ao tamanho da amostra, na pesquisa qualitativa, não existem critérios nem regras firmemente estabelecidas, porém o conceito predominante é a saturação de dados, isto é, o ponto em que já não se obtêm novas informações e esta começa, portanto, a ser redundante (Castro & Blanco, 2007; Malterud, Siersma, & Guassora, 2015). Malterud, Siersma e Guassora (2015) propõem ainda o conceito de “poder da informação” para orientar o tamanho adequado da amostra em estudos qualitativos, sendo que esta noção indica que quanto mais informação a amostra tiver, relevante para o estudo real, menor será a quantidade de participantes. Assim, segundo os mesmos autores, o tamanho de uma amostra com poder de informação suficiente depende do objetivo do estudo, da especificidade da amostra, uso da teoria estabelecida, da qualidade do diálogo e da estratégia de análise. Apesar de tudo, Mason (2010) refere, no seu estudo, sete fontes que forneceram diretrizes para tamanhos reais de amostras, sendo

que no caso da fenomenologia (tipo de pesquisa adotada na minha investigação) Creswell (1998, citado por Mason, 2010) defende que a amostra deve conter entre cinco a 25 sujeitos e Morse (1994, citado por Mason, 2010) menciona que devem ser pelos menos seis.

Deste modo, e tendo em conta a literatura, dos 15 indivíduos que inicialmente se pretendia entrevistar, foi constituída uma amostra de doze participantes, uma vez que ocorreu um problema com a gravação da entrevista de um dos sujeitos, facto que impediu a sua utilização no estudo, e dois dos outros indivíduos selecionados não conseguiram comparecer devido a aspetos relacionados com as suas atividades laborais dentro do EP. A seleção dos participantes foi feita através de uma lista que inclui todos os reclusos detidos por crime contra pessoas (um total de 99, à data de março de 2019). Os participantes, todos de sexo masculino, têm idades compreendidas entre os 34 e 62 anos, sendo dez deles de nacionalidade portuguesa e um luso descendente. A grande maioria dos reclusos selecionados detém o ensino secundário (ou equivalente), existindo apenas três com habilitações literárias mais reduzidas (um não sabe ler nem escrever e dois não completaram o 1º ciclo). De referir também que um dos participantes tem o nível académico de Licenciatura, enquanto os restantes referiram ter uma escolaridade entre o 5º e 9º ano. No que respeita à situação penal da amostra, dez dos reclusos são primários e apenas um é reincidente, sendo que os crimes cometidos incluem homicídio, violência doméstica, maus tratos, ofensa à integridade física, ameaça, injúria e violação. De mencionar ainda que no que toca ao consumo de substâncias, cinco dos participantes afirmaram ter consumido álcool de forma continuada e dois consumiram estupefacientes, nomeadamente haxixe, heroína e cocaína. Em oposição os restantes seis sujeitos indicaram nunca ter ingerido qualquer tipo de substâncias como drogas ou álcool. Ainda neste mesmo âmbito importa também expor que seis dos reclusos admitiram que os seus familiares já consumiram, em algum momento da sua vida, substâncias como o álcool, enquanto os restantes seis afirmaram que não. Finalmente, no que diz respeito à situação socioeconómica dos sujeitos, a generalidade referiu usufruir de rendimentos baixos ou médios, porém dois dos participantes afirmaram possuir uma situação económica alta. Ainda que a maioria dos reclusos relatasse rendimentos abaixo da média, não consideraram que este fosse um fator responsável por desencadear qualquer tipo de comportamento violento.

3.3. Instrumentos de recolha dados. Como instrumentos de recolha de dados, foram selecionados a Entrevista Semiestruturada e o Questionário Sociodemográfico, sendo que, de modo a assegurar a fiabilidade e a validade interna do estudo, recorreremos ao acordo inter-juízes para a classificação das unidades em análise nas diversas categorias e assim apresentar um resultado final mais fidedigno da realidade e uma compreensão mais completa do fenómeno analisado.

No que tange à entrevista, Haguette (1997, citado por Boni & Quaresma, 2005, p.72) define-a como “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Segundo os mesmos autores, a entrevista como instrumento de recolha de dados sobre um determinado tópico científico é a técnica mais empregue no processo de trabalho de campo. Através desta, os investigadores procuram obter informações, isto é, coletar dados tanto objetivos como subjetivos. Se as informações objetivas podem ser adquiridas através de fontes suplementares tais como questionários, testes, entre outras, no que diz respeito aos dados subjetivos, estes só podem ser obtidos através da entrevista, visto que se relacionam com os valores, comportamentos e com as concepções dos indivíduos entrevistados.

Ainda que, segundo Ribeiro (2008), as entrevistas tenham alguns pontos fracos como o dispêndio de muito tempo na aplicação, a sujeição ao antagonismo do entrevistador, a não salvaguarda do anonimato, entre outras, muitos deles podem ser contornados pelo próprio entrevistador, uma vez que o sucesso desta técnica depende essencialmente do nível da relação pessoal estabelecida entre entrevistador e entrevistado. Deste modo, as principais vantagens da utilização da técnica da entrevista estão relacionadas com a flexibilidade na aplicação, a simplicidade de acomodação de protocolo, a possibilidade de verificação e esclarecimento de respostas, a taxa de resposta elevada e o sobretudo facto de poder ser aplicada a indivíduos com dificuldades de leitura.

De acordo com Júnior e Júnior (2011), a entrevista pode, efetivamente, exercer um papel fundamental para a pesquisa científica que, se for combinada com outros instrumentos de recolha de dados, instintos e percepções procedentes dela, pode ainda aperfeiçoar a qualidade de um levantamento e da sua significação. Trata-se, portanto de um instrumento que possibilita uma recolha de dados mais vantajosa em termos de percepções, emoções, vivências, motivações, comportamentos e conhecimentos entre os

sujeitos, tendo como objetivo levar o participante a responder às questões acerca do tema da própria entrevista (Öhman, 2005).

Por tudo isto, é possível referir que este instrumento pode ser, efetivamente, considerado o coração da pesquisa qualitativa e vem comumente acompanhado de outros instrumentos de pesquisa, como a observação ou questionários complementando a coleta de dados e proporcionando ao investigador uma variedade de dados suscetíveis de triangulação, podendo assim emergir numa análise satisfatória (Oliveira, 2010). Por esta mesma razão, é importante salientar que, apesar das vantagens patenteadas, a entrevista, por si só, não garante a fidelidade dos dados e informações recolhidas, devendo ser usada em conjunto com outros métodos de recolha de dados de modo a que os resultados qualitativos expectáveis possam ser fidedignos e delinearem verdadeiramente o contexto no qual se insere o objeto/fenómeno da investigação (Júnior & Júnior, 2011). Tendo em conta esta mesma perspetiva, recorreu-se a um Questionário Sociodemográfico (anexo A) de modo a complementar o estudo e, sobretudo, pelo facto de permitir que seja o próprio recluso a autorizar a recolha dos seus dados pessoais. Este incluiu informação correspondente à idade, estado civil, habilitações escolares, crime, pena, antecedentes criminais e consumo de substâncias.

3.3.1. O guião da entrevista. Através de uma entrevista semiestruturada, onde se coincidem perguntas abertas com perguntas fechadas, e onde o entrevistado tem a hipótese de dissertar sobre o tema apresentado (Boni & Quaresma, 2005), pretende-se recolher dados relacionados com a estrutura e o funcionamento familiar de reclusos agressores que se encontrem detidos no Estabelecimento Prisional do Funchal, descrevendo as suas regras e limites familiares, de forma a caracterizar a transmissão de padrões do comportamento violento ao longo das gerações destes mesmos indivíduos. Neste tipo de entrevista, embora o entrevistador deva seguir um conjunto de questões previamente definidas, o contexto da própria entrevista aproxima-se muito ao de uma conversa informal que possibilita, quando desejado, restringir a quantidade de informação, obtendo assim um maior direcionamento para o tema, intervindo de modo a que os objetivos do estudo sejam alcançados. Além disso, e considerando a população em estudo, uma outra grande vantagem da entrevista semiestruturada diz respeito ao facto de ser possível entrevistar pessoas que não sabem ler ou escrever, possibilitando ainda a correção de equívocos dos informantes, equívocos esses que muitas vezes não podem ser retificados no caso da aplicação do questionário escrito.

Por conseguinte, a preparação do guião da entrevista tornou-se uma das etapas mais importantes da pesquisa, requerendo tempo e alguns cuidados, nomeadamente a adequação da linguagem tanto ao nível de escolaridade, como às características específicas da população em estudo. Portanto, foi fundamental atender aos termos utilizados, de modo a que fossem perceptíveis e apropriados à população a que se destina; se as interrogações poderiam gerar dificuldades de interpretação; se se tratava de uma entrevista que beneficiava a implicação do entrevistado; e se o tipo de questões abrangiam os objetivos propostos no presente estudo (Belei, Gimenez, Pashoal, Nascimento, & Matsumoto, 2008). Ademais, aquando da formulação das perguntas procurou-se evitar questões arbitrárias, ambíguas, impróprias ou preconceituosas, sendo essencial que as mesmas fossem colocadas tendo por base a sequência do pensamento lógico do entrevistado e possibilitando, assim, a continuidade do diálogo (Boni & Quaresma, 2005).

Deste modo, e considerando a base teórica desta investigação, foi construído um guião de entrevista semiestruturada (Quadro 1), de modo a que os entrevistados conseguissem dissertar e comunicar conteúdos significativos para a perceção do tema em questão.

Quadro 1

Descrição das dimensões e questões do guião da entrevista.

Guião da entrevista

Dimensões	Questões
Autoconceito	1. Como se descreve enquanto pessoa? 2. Antes da detenção, onde vivia e com quem? 3. Depois de terminar a pena, que planos tem sobre onde/com quem viver?
Caracterização do contexto relacional	4. Quais as suas expetativas ou planos de vida? Se casado/relação: 5. Com quem / há quanto tempo? 6. Tem filhos? Se sim, quantos e com que idades?

Se solteiro:

7. Há quanto tempo?

8. Vivia com os seus pais ou com outros elementos da família – quem?

9. Sentiu que houve mudanças nos seus relacionamentos com a família depois da entrada – saída do estabelecimento prisional?

10. Se tem família ou filhos, quem impõe as regras? Brigam, castigam, punem?

10.1. E quando você era pequeno, como era?

11. Como caracteriza a relação dos seus pais?

12. O que achas que estava associado com isso, no caso da sua casa? O que acha que podia ter feito para que as coisas nessa altura fossem diferentes?

13. Como descreve a sua relação com os seus pais?

14. Tem irmãos? Se sim, como relata a sua relação com eles?

Representações acerca do
passado e presente familiar

15. Que palavra melhor representa o que há de bom e mau na sua família?

16. Indique uma coisa boa e uma coisa má que passou de uma geração para outra?

17. Os episódios violentos foram sempre assim, na família dos seus pais, dos seus avós?

18. Quais as principais regras que se faziam sentir no seu seio familiar?

19. Este seu comportamento veio de trás? Surgiu agora? A que associa o seu comportamento violento?

Perspetiva das relações
interpessoais

20. Quais as pessoas com quem sabe que pode contar e com quem não contar?

Situação socioeconómica

21. Como considera ser a sua situação económica?

22. Acha que a sua situação económica pode condicionar os seus comportamentos e os da sua família?

O guião produzido foi dividido em cinco dimensões: autoconceito; caracterização do contexto relacional; representações acerca do passado e presente familiar; perspetiva das relações interpessoais e situação socioeconómica. Primeiramente procurou-se, então, compreender a imagem que o sujeito tem de si mesmo e em segundo lugar entender como este caracteriza o seu funcionamento e dinâmica familiares na vida atual. De seguida foram avaliadas as representações que o recluso tem acerca da relação entre a vida familiar atual e a vida na família de origem, nomeadamente através da identificação de padrões relacionais e educativos. Finalmente procedeu-se também à exploração de fatores individuais e sociais que possam estar associados a práticas de violência.

3.4. Procedimentos. Após a autorização formal da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e do Estabelecimento Prisional do Funchal, foi efetuada a seleção dos 15 indivíduos através de uma lista que inclui todos os reclusos detidos por crime contra pessoas, num total de 99 (à data de março de 2019), de forma a que a escolha da amostra fosse, uma vez mais, de acordo com os objetivos da investigação. Posteriormente reuniu-se com os participantes, individualmente, sendo que no começo de cada entrevista foi explicado em que consiste o estudo, apresentados os respetivos objetivos e disponibilizado o consentimento informado (Anexo B) onde foram asseguradas todas as garantias de natureza ética e deontológica, inerentes à investigação e exercício da psicologia, nomeadamente de confidencialidade, de privacidade e anonimato dos sujeitos. Foi ainda solicitada a autorização dos participantes para o uso de gravador na realização das entrevistas de modo a que fosse alargado o poder de registro e captação de componentes de comunicação de grande importância, pausas de ponderação, hesitações ou entoação da voz, aperfeiçoando a compreensão da narrativa (Schraiber, 1995) e desta forma possuir toda a informação para melhor tratá-la futuramente. Neste sentido foi garantido que a única pessoa com acesso às mesmas seria o próprio investigador, sendo que todos os documentos foram guardados de forma confidencial e no fim completamente destruídos. No que concerne ao contexto das entrevistas, estas foram realizadas nos gabinetes de atendimento dos técnicos superiores de reeducação, instalados nos corredores prisionais e tiveram uma duração aproximada entre os 12 e 40 minutos, tendo sido realizadas durante o mês de março de 2019. As

entrevistas forma tratadas através de um processo de análise de conteúdo (Bardin, 2008).

3.5. Tratamento dos dados e processo de categorização. O tratamento dos dados recolhidos foi feito através da análise de conteúdo, que segundo Bardin (2008), abrange um conjunto de técnicas cujo objetivo é o de esclarecer, estruturar e exprimir o conteúdo de mensagens, de forma a que seja possível avaliar deduções lógicas e fundamentadas relativas à origem dessas mesmas mensagens. Este é, portanto, um método que pretende, como afirma Chizzotti (2006), compreender criticamente o sentido das comunicações e demonstrar o seu conteúdo, seja este manifesto ou latente, e as suas significações, tanto explícitas como ocultas. Para além disso, associa as estruturas semânticas aos significados dos discursos e propicia os textos com os fatores que demarcam as suas características, designadamente, variáveis psicossociais, meio social e cultural e processo de produção de mensagens (Minayo, 2000).

Existem diversas técnicas que podem ser usadas na análise de conteúdo para alcançar a compreensão dos significados evidentes e ocultos nos dados qualitativos, porém nesta investigação foi empregue a análise categorial, isto é, procurou-se desconstruir o texto dos dados recolhidos em unidades ou categorias, de acordo com reagrupamentos analógicos. A opção pela análise categorial defende-se no facto de ser das melhores alternativas quando se pretende analisar valores, ideias, atitudes e crenças, através de dados qualitativos, como é o caso.

Deste modo, no que se refere à análise dos dados consequentes das questões das entrevistas, foi necessário construir categorias de codificação, as quais representam um meio de dispor a informação recolhida, agrupando um conjunto de elementos, de modo a que os dados que pertencem a um certo tópico possam ser discriminados dos restantes dados (Bardin, 2008). Durante o processo de composição das questões, já tinham sido consideradas as categorias para a codificação das respostas, pelo que a análise das respostas foi realizada do geral para o particular (Bardin, 2008). Com base na revisão teórica, nos objetivos da investigação e na leitura prévia das respostas dos participantes, foi executada uma tabela para simplificar a análise dos dados, onde se encontravam as categorias mais significativas e relevantes para o estudo (Schilling, 2006). Todavia, durante o processo de análise e leitura das respostas dos reclusos, foram surgindo diferentes categorias e novas subcategorias, havendo sempre a flexibilidade de inserção e exclusão das mesmas, traduzindo-se num modelo misto, onde as categorias são

elucidadas no início, mas o investigador viabiliza a sua alteração em função da análise de conteúdo (Silva, Gobi, & Simão, 2005).

Desta forma, neste estudo identificamos o aspeto dinâmico e flexível do processo de análise de dados de natureza qualitativa, tomando em consideração situações imprevistas e possíveis modificações no processo de recolha e análise de dados, porém, foi estipulado um plano minucioso de análise de dados que tem como objetivo garantir a transparência da investigação, assegurar um processo organizado e atestar o máximo de coerência possível neste tipo de metodologia (Schilling, 2006).

Após a reunião com cada um dos participantes e a concretização das entrevistas, estas foram transcritas integralmente de modo a que fosse possível assimilar todas as manifestações e interpretações atribuídas durante as mesmas, e codificadas de forma a manter o anonimato dos sujeitos (Schilling, 2006).

Em seguida, iniciou-se o processo de construção da análise indutiva, alusivo à organização da informação dos textos das entrevistas, através da conceção dos critérios de seleção, de modo a compor as categorias (Schilling, 2006). O processo de formação das categorias realizou-se, portanto, da forma prevista por Bardin (2008) onde após a seleção do material e a leitura flutuante, os dados foram codificados a partir das unidades de registro. Logo, a categorização foi executada tendo em conta a classificação dos componentes segundo as suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns, sendo que no caso deste estudo, o critério de categorização escolhido foi o semântico, visto que os dados alusivos a cada temática foram agrupados na devida categoria (Bardin, 2008). Assim, foram identificadas cinco dimensões, 19 categorias e 35 subcategorias (Quadro 2), de forma a organizar toda a informação retirada.

Quadro 2

Descrição das dimensões, categorias e subcategorias das entrevistas.

Categorização

Dimensões	Categorias	Subcategorias
I. Autoconceito	Qualidades	

	Defeitos	
II. Caracterização do comportamento violento do próprio indivíduo	Definição não violenta	
	Comportamentos violentos específicos	
	Agente desencadeador do comportamento violento	
III. Caracterização do contexto relacional	Agregado familiar aquando da reclusão	Sozinhos
		Família de origem
		Família constituída
	Situação familiar	Divórcios/separações
		Com filhos
		Sem filhos
	Relacionamentos amorosos	Ausência de relacionamentos
Relações múltiplas de curta e longa duração		
Perceção do suporte familiar aquando da reclusão	Fortalecimento do suporte familiar	
	Diminuição do suporte familiar	
Relações interpessoais de confiança	Família de origem	
	Unicamente a mãe	
	Companheira(o)	
	Padrinhos	

		Amigos
IV. Representações acerca das relações familiares	Relação parental	Boas relações Relações conflituosas e seus desencadeadores
	Relação com os progenitores	Boas relações Relações de proximidade com a mãe Relações de conflito com o pai
	Relação com os irmãos	Boas relações Relações distantes
	Padrões transgeracionais	Atributos da família Consumos abusivos Tradições Comportamento violento
	Episódios de violência fora do núcleo familiar	
	Autoridade e poder	Na família de origem Na família constituída Tipo de regras
V. Planos de vida	Planos familiares	Construir vida familiar
	Planos pessoais	Emigração

Aspirações religiosas

Aspirações políticas

Planos profissionais

Trabalhar por conta própria

Trabalhar por conta de outrem

- Autoconceito, onde constam os testemunhos dos participantes sobre a representação que têm de si próprios. Esta categoria tem como objetivo específico entender e analisar as representações que os reclusos têm da sua personalidade e forma de ser, incluindo características positivas e negativas. Remete para duas categorias:
 - Qualidades, onde são expostas características positivas que os sujeitos têm de si mesmos;
 - Defeitos, onde são apontadas características negativas dos participantes.
- Caracterização do comportamento violento do próprio indivíduo, onde constam os testemunhos dos sujeitos acerca dos seus atos de caráter violento, assim como os agentes desencadeadores dos mesmos. Abrange três categorias:
 - Definição não violenta, que abrange afirmações sobre a não perceção ou consciência dos próprios comportamentos violentos;
 - Comportamentos violentos específicos, onde são narrados, efetivamente, alguns dos comportamentos que determinados participantes consideraram ser violentos;
 - Agente desencadeador do comportamento violento, que compreende informação sobre as possíveis causas que levaram os sujeitos a agir de forma violenta.
- Caracterização do contexto relacional, onde se pretende verificar como é que os participantes caracterizam o seu funcionamento e dinâmica relacionais. Reporta-se para quatro categorias:
 - Agregado familiar, que inclui informação sobre onde e com quem vivia o recluso antes da situação penal, incluindo três subcategorias: Sozinhos; Família de origem; Família constituída.

- Situação familiar, que abarca informações sobre os relacionamentos atuais dos participantes, assim como a sua filiação. Inclui três subcategorias: Divórcios; Com filhos; Sem filhos.
- Relacionamentos amorosos, onde são retratadas as experiências afetivas dos reclusos em estudo, envolvendo duas subcategorias: Ausência de relacionamentos; Relações múltiplas de curta e longa durabilidade.
- Percepção do suporte familiar aquando da reclusão, onde se encontram os testemunhos dos reclusos sobre o apoio do seu núcleo familiar e social durante o período de detenção. Compreende duas subcategorias: Fortalecimento do suporte familiar; Diminuição de suporte familiar.
- Relações interpessoais de confiança, onde estão incluídos os testemunhos dos participantes relativamente aos indivíduos em quem confiam dentro e fora do contexto prisional. Envolve cinco subcategorias: Família de origem; Unicamente a mãe; Companheira(o); Padrinhos; Amigos.
- Representações acerca das relações familiares, onde se pretende compreender as interpretações que o recluso tem acerca da relação entre a vida familiar atual e a vida na família de origem, nomeadamente através da identificação de padrões relacionais e educativos. Remete para seis categorias:
 - Relação parental, que inclui informações sobre a relação existente entre os progenitores dos participantes, abrangendo duas subcategorias: Boas relações; Relações conflituosas e seus desencadeadores.
 - Relação com os progenitores, onde constam os testemunhos dos sujeitos acerca da ligação que têm com os seus pais e abarca três subcategorias: Boas relações; Relações de proximidade com a mãe; Relações de conflito com o pai.
 - Relação com os irmãos, que se encontra dividida em duas subcategorias: Boas relações; Relações distantes.
 - Padrões transgeracionais, onde são indicadas características e comportamentos que os reclusos consideram ter passado ao longo das gerações. Inclui quatro subcategorias: Atributos da família; Consumos abusivos; Tradições; Comportamentos violentos.
 - Episódios violentos fora da família nuclear, onde são referidos a existência de outros episódios violentos com a restante família;

- Autoridade e poder, que engloba informações sobre as regras que se faziam sentir tanto na família de origem como na atual dos participantes, e remete para três subcategorias: Na família de origem; Na família constituída; Tipo de regras.
- Planos de vida, que contém informações sobre as expectativas dos reclusos para o futuro, aquando da saída do EP e remete para três categorias:
 - Planos familiares, onde se encontram informações acerca dos laços familiares já presentes, mas sobretudo sobre o desejo de constituição de uma nova vida familiar, abrangendo uma subcategoria: Construir vida familiar;
 - Planos pessoais, que dizem respeito a pensamentos, comportamentos e necessidades individuais e compreende três subcategorias: Emigração; Aspirações religiosas; Aspirações políticas.
 - Planos profissionais, onde se encontram perspectivas de futuro que dizem respeito às aspirações e oportunidades que possam existir relativamente a um trabalho assalariado ou formação profissional, incluindo duas subcategorias: Trabalhar por conta própria; Trabalhar por conta de outrem.

Uma vez que a análise de conteúdo concentra-se na decomposição do discurso, de maneira a construir uma categorização dos fenómenos para a reedificação de significados que possibilitem entender de um modo mais aprofundado a interpretação da realidade dos sujeitos analisados (Silva, Gobbi & Simão, 2005), um dos estágios da análise de conteúdo passa pelo recorte dos dados recolhidos, de forma a que estes obtenham o sentido profundo do conteúdo ou as ideias fundamentais. Estes componentes decompostos irão constituir palavras, expressões, ideias ou frases relativas aos temas recortados e serão classificados de “unidades de análise” (Laville & Dionne, 1999, citados por Silva, Gobbi & Simão, 2005). Uma unidade de análise significativa envolve uma fração de texto que é inteligível e contém uma ideia, acontecimento ou uma parte da informação, podendo esta ter uma única palavra ou várias frases, pelo que o pesquisador deve determinar qual a unidade de análise mais significativa de acordo com os objetivos do estudo (Schilling, 2006).

As unidades de análise podem, então, ser diferenciadas em três tipos, detalhadamente: a unidade de codificação, que se traduz na menor parte de texto a ser codificado; a unidade de contexto, que representa a parte maior do texto a ser codificado; e a sequência de codificação do texto, que se encontra dividida em *cross-*

question, onde se analisa cada entrevista na sua totalidade e as respostas podem se sobrepor ou complementar, e *cross interview*, onde são analisadas todas as respostas de cada sujeito a determinada pergunta, proporcionando uma recolha de informação mais diversificada para cada questão (Schilling, 2006).

Deste modo, nesta investigação utilizou-se como unidade de codificação, palavras e como unidade de contexto, frases completas, sendo que as unidades de análise consistem em palavras, expressões e frases completas retiradas dos testemunhos dos participantes, que nos permitem depreender o conteúdo quando isoladas do restante texto. Recorreu-se ainda à estratégia *cross-interview*, através da análise das respostas de determinadas questões de cada um dos participantes, uma vez que os temas aludidos foram idênticos em todas as entrevistas e o que possibilitou uma melhor compreensão das informações do discurso de cada indivíduo.

Finalmente, procedeu-se ao preenchimento da tabela de codificação (Anexo C) com as unidades de análise nas respetivas dimensões, categorias e subcategorias.

3.6. Procedimentos de validade do construto. Considerando a necessidade de haver um determinado rigor científico na metodologia qualitativa, existem vários critérios e práticas que podem ser utilizadas para fundamentar os procedimentos e a validação dos dados, contudo, a validade dos dados qualitativos tende a ser referente a objetivos e contextos de investigação, razão pela qual esta não é vista em termos de um resultado (se é válido ou não), mas remete-se para um certo grau (mais válido ou menos válido) (Creswell, 2007). Por conseguinte, adotou-se alguns procedimentos de modo a complementar a validade e a legitimidade dos dados deste estudo.

Atendendo que sempre que é necessário classificar um conjunto de dados num determinado número de categorias, vários tipos de enviesamentos podem suceder, procurou-se controlar ou reduzir estes mesmos enviesamentos tomando algumas medidas preventivas. Após a classificação das unidades em análise nas diferentes categorias, optou-se por uma estratégia que estima a objetividade dessa classificação a partir de um grau próprio de consonância entre dois ou mais elementos avaliadores (juízes) – o acordo inter-juízes. Assim e através do recurso a mais um juiz para categorizar os mesmos dados, familiarizado com o contexto e população em estudo, foi possível analisar-se o grau de concordância e concludentemente a fiabilidade da classificação (Fonseca, Silva, & Silva, 2007).

Existiu, ainda, um comprometimento continuado do investigador no contexto, isto é, houve um esforço para perceber e reconhecer melhor tanto o contexto social em estudo como os indivíduos nele inseridos, de modo a compreender mais facilmente a natureza dos dados coletados (Öhman, 2005).

Capítulo 4 – Apresentação dos Resultados

Terminados os processos de codificação e categorização dos dados, segue-se a apresentação e discussão os resultados de acordo com as categorias criadas e com as unidades de análise retiradas das entrevistas.

4.1. Autoconceito. De acordo com Bandura (1986), o autoconceito pode ser compreendido como uma visão que o indivíduo detém acerca de si mesmo, sendo que esta visão é constituída tendo por base a sua experiência direta e a sua observação e apreciação de pessoas consideradas significativas. Este conceito de si próprio tem também um aspeto valorativo que permite que o indivíduo seja capaz de autoavaliar-se, considerando os seus comportamentos como adaptados ou adequados, possibilitando ainda retrainr informações pertinentes para novas situações. De acordo com dados recolhidos, apesar de algumas dificuldades em autodefinirem-se, os participantes conseguiram identificar determinadas qualidades e defeitos que consideram relevantes acerca de si mesmos.

No âmbito das qualidades surgiu a necessidade de se caracterizarem, sobretudo, como indivíduos calmos e pacíficos.

"Descrevo-me uma pessoa calma, sereno, tranquilo, basicamente isso, altruísta também." (R7)

"(...) sou uma pessoa pacífica, tranquila, não gosto de me meter com ninguém nem gosto... injustiças (...)" (R10)

"Trabalhadora, calma, quieto, não gosto que peguem comigo." (R12)

No entanto, no campo dos defeitos, retrataram-se, particularmente, como sujeitos teimosos e explosivos, com uma grande dificuldade de autodomínio.

"Enquanto pessoa descrevo-me...ansioso, nervoso, explosivo, incoerente (...)" (R1)

"Às vezes sou um pedacinho teimoso (...)" (R5)

"(...) eu não sei reagir de outra maneira, pego qualquer coisa que apanhe, um pedaço de pau, um ferro, o que tiver à mão eu parto pra cima da pessoa, não tenho problemas de abrir a cabeça (...)" (R11)

4.2. Caracterização do comportamento violento do próprio indivíduo. A violência é, efetivamente, uma forma de expressão do comportamento que pode ser reconhecida ao longo da história da humanidade, podendo se manifestar de múltiplas formas. Ao ser abordado o comportamento violento humano, Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida e De Souza (2009) relacionam as características cognitivas, emocionais, biológicas e comportamentais do próprio indivíduo, durante o seu ciclo de vida, como fatores que influem os seus relacionamentos interpessoais, podendo ser facilitadores ou não da violência.

Ao longo das entrevistas, observou-se que ao desenvolvermos o tópico do comportamento violento dos próprios sujeitos, a generalidade demonstrou necessidade de se considerar como sendo indivíduos não violentos:

"Não tenho explicação possível, não sou violento... nunca fui violento até aquele dia (...)" (R2)

"(...) já tive algumas confusões, mas nada... não me considero um homem violento." (R6)

"O meu comportamento violento... comportamento gera comportamento (...) eu não me considero uma pessoa violenta (...) não, não, nunca fui conflituoso (...)" (R7)

Ainda assim, a violência pode também ser compreendida como uma falha do comportamento humano em respeitar os limites entre a agressão admissível e a inadmissível. Neste sentido, é possível constatar que apenas um dos 12 participantes relatou, pormenorizadamente, os seus comportamentos violentos específicos:

"(...) eu tinha um pedaço de ferro dentro do carro e não tive... não pensei duas vezes, tirei aquilo do pé do estofado do carro (...) e larguei pelas coisas abaixo (...)" (R11)

"(...) eu pego no ferro e parto-lhe os dedos, os quatro dedos duma mão (...)" (R11)

Para além de tudo isso, são vários os fatores que podem ser considerados agentes desencadeadores do comportamento violento, todavia, Tijeras, Rodríguez e Armenta (2005) apresentam estudos que indicam que indivíduos com elevados consumos de drogas ou álcool parecem ter uma maior probabilidade de exercer

comportamentos violentos, sendo que estes mesmos consumos aparecem relacionados também com o incremento da agressividade e da ocorrência de homicídio (Kyriacou et. al, 1999). Tal encontra-se, igualmente, manifesto na grande maioria dos entrevistados:

"(...) eu fazia meditação com estupefacientes, utilizava canábis com... para ajudar o processo (...)" (R4)

"(...) eu tava com um pouquinho de álcool que eu não fazia nada daquilo, eu não me chateava (...) aquilo foi mais o álcool prontas, foi a bebida, aquilo é que fez aquilo porque eu dou-me bem com as pessoas (...)" (R5)

"(...) quando me pediu o divórcio foi um dia que perdi a cabeça e aí aconteceu tudo..., mas depois de acontecer tudo, pedi perdão (...)" (R10)

4.3. Caracterização do contexto relacional. Os relacionamentos sociais são um outro aspeto que exerce um papel elementar na vida do indivíduo cumprindo funções relevantes nas dimensões social, psicológica e comportamental (Gomes, 2012). Segundo a mesma autora, o ser humano desenvolve-se exteriorizando necessidades de estar e comunicar com os outros, de se sentir prezado e protegido. Assim, entende-se que tanto a qualidade como a quantidade dos relacionamentos, parecem afetar de forma significativa a vida de qualquer indivíduo.

Então, ao ser abordada a questão do agregado familiar foi notório que a maioria dos reclusos coabitava com as suas famílias “constituídas”:

"(...) vivia com a minha esposa e minhas duas filhas em casa dos meus pais."
(R8)

"(...) vivia na minha casa... com as minhas duas filhas e com a mãe delas." (R9)

"(...) vivia com a minha mãe, minha mulher e minhas duas filhas." (R10)

Embora alguns dos participantes ainda vivessem com a sua família de origem:

"(...) vivia ... com os meus pais e meus três irmãos." (R1)

"Com a minha mãe, o meu irmão e uma tia (...)" (R7)

Outros dos restantes entrevistados viviam sozinhos:

"(...) funchal, sozinho." (R2)

"Eu tava na Inglaterra, vivendo sozinho." (R4)

Podemos considerar que a família da população reclusa é identificada como o principal ou único fator de proteção, todavia, é importante lembrar que neste tipo de famílias acabam por surgir várias alterações (Pinto & Hirdes, 2006), sobretudo, nos relacionamentos interpessoais e amorosos. Neste seguimento, foi visível que a generalidade dos sujeitos referiu ter, ao longo do seu curso de vida, várias relações amorosas de curta e longa duração:

"Sim, várias relações... as sérias, 2 anos e meio, era adolescente, depois 5 anos no tempo de faculdade, foi a faculdade inteira, depois tive casado quase 10 anos com a mãe do meu filho, e depois pedi o divórcio e tive 3 anos (...)" (R2)

"(...) tive três relações... tive a mãe da Andreia uma relação de três anos e tal e tenho a Helena com quem casei... com a Helena, 15 anos (...)" (R9)

"Não, sou solteiro, nunca fui casado... já tive três companheiras a viver maritalmente comigo, mas nunca fui casado." (R12)

Contudo, alguns dos participantes referiram não ter quaisquer relacionamentos conjugais:

"(...) nunca foi casado? Não." (R1)

"(...) companheiras? Não, não." (R4)

Ainda assim, verificou-se que em geral os reclusos entrevistados encontram-se, neste momento, numa situação de divórcio ou separação:

"Vivia na minha casa, junto da minha ex-mulher (...)" (R5)

"(...) vivia na minha casa, claro, vivia mais a minha ex-companheira." (R6)

Apesar de ser visível a dificuldade existente nos relacionamentos amorosos dos participantes, é importante evidenciar que estava bem patente o afeto dos mesmos pelos filhos:

"Várias, mas assim duradouras, duas ... uma hum que durou 10 anos talvez que é da qual tenho a minha filha, fui casado... e esta tem cinco anos." (R3)

"(...) falo com a minha filha, falo com meus netos (...)" (R5)

No entanto, no que concerne ao exercício da paternidade na prisão estudos (Nurse, 2001; Woldoff & Washington, 2008) revelam que, em conformidade com o que sucede com as mães reclusas, os limitativos regulamentos institucionais tendem a promover ou aumentar a desconexão entre pais reclusos e os seus filhos. Por essa mesma razão, e de acordo com Arditti, Smock e Parkman (2005), a reclusão pode representar um período de paternidade “dormente”, pelo que a libertação é expectável como uma oportunidade de (re)começar:

“ (...) depois viver pro meu filho (...) quero tentar de certa forma compensar (...)” (R2)

“ (...) quero... conquistar as minhas filhas (...)” (R10)

Ao abordamos ainda o contexto relacional, é possível compreender também que tanto o suporte familiar durante a situação de reclusão, assim como o discernimento de retorno a um contexto familiar seguro e congregado, são dos fatores fundamentais para um esforço cognitivo no sentido de mudanças de comportamento e distanciamento de situações criminais (Visher & O’Connel, 2012). Este apoio fora da prisão conduz, conseqüentemente, a um futuro mais auspicioso em relação à reeducação e reinserção social, onde a família confia nas perspectivas de futuro no próprio recluso (Pinto & Hirdes, 2006). Tal foi visível na grande maioria dos reclusos entrevistados, que afirmaram usufruir deste mesmo apoio familiar ao longo do tempo de reclusão:

“(...) fiquei surpreendido que eles ainda deram-me mais força, apoiaram-me mais hum... não me deixaram nesta situação assim sozinho (...)” (R1)

“(...) mudança de comportamento não. Talvez fortaleceu um pedacinho mais as relações que tínhamos, possivelmente fortaleceu muito as relações que tínhamos.” (R3)

Todavia, alguns dos testemunhos remeteram para um sentimento de ausência ou diminuição de apoio por parte dos seus familiares:

“(...) o meu filho (...) já não o vejo desde setembro (...)” (R2)

“(...) realmente não sei o impacto hum da gravidade porque estou aqui adentro e não tenho muito contacto com lá fora, só tenho com a minha mãe (...)” (R10)

Apesar de tudo, e considerando que a confiança trata-se de um outro aspeto que pode ser visto como a base de qualquer relacionamento afetivo, sendo um fator pertinente para o sucesso ou insucesso de múltiplas relações (Valentim, 2006), ao questionar os participantes sobre as suas relações interpessoais de confiança, verificou-se que a generalidade confia, principalmente, na sua família de origem:

"O meu irmão, a minha mãe (...) só posso contar com o meu núcleo familiar, dois ou três amigos, de resto..." (R7)

"(...) quem posso contar é com minha mãe e minhas filhas, de resto mais ninguém." (R10)

Não obstante, é relevante mencionar que foram vários os sujeitos que declaram confiar unicamente na sua figura materna:

"Na minha mãe (...) Em quem não pode confiar? O rapaz que supostamente fui envolvido numa morte por causa dele." (R6)

"Com a minha mãe." (R8)

Entretanto, os restantes testemunhos mencionaram poder confiar nos o companheiros(as), padrinhos e ainda nos amigos:

"Família, amigos, o meu companheiro, basicamente (...) talvez meu irmão, se calhar é a pessoa mais próxima de mim que se calhar não conto." (R3)

"Com a minha mãe e meus irmãos ... e meus padrinhos (...) só família (...) assim de fora posso dizer praticamente ninguém. E da família tirando meus irmãos e meus pais, o resto da família não posso contar." (R1)

"Com imensa gente, imensa gente (...) todos os meses chega-me aqui quatro, cinco pessoas com... troquinhos para as minhas comprinhas, dos meus amigos." (R12)

4.4. Representações acerca das relações familiares. Na família, cada indivíduo adota um determinado papel, que poderá ser instituído por ordem de nascimento, idade, sexo e/ou características de personalidade, sendo que a educação que é arrecadada pelo sujeito é deveras relevante, visto que as normas, conceitos de moralidade e ética e os exemplos de comportamentos dos pais contribuem expressivamente para a criação da personalidade (Magalhães, 2008). Seguindo esta linha de pensamento, o relacionamento dos pais é algo que pode ser seguido pelos filhos ou então ser um modelo de relacionamento que desejam evitar, contudo, de qualquer forma, essas motivações influenciarão significativamente os relacionamentos futuros do indivíduo.

No caso desta investigação, alguns dos participantes descreveram que os seus pais estabeleciam entre si boas relações:

"(...) caraterizo ela como boa, saudável (...) nunca presenciei uma agressão entre eles (...) nunca vi o meu pai ser agressivo com a minha mãe... mandar alhos e bugalhos isso é normal, mas agressão física nunca presenciei nem acho que nunca aconteceu." (R1)

"Uma boa relação, sempre se deram muito bem, sempre se entenderam muito bem em termos afetivos... sim, não haviam discussões em casa, muito pontualmente trocavam uma palavra (...)" (R3)

Contudo, a maioria relatou relacionamentos conflituosos entre os seus progenitores:

"(...) sempre achei que era uma relação completamente desequilibrada, disfuncional (...)" (R2)

"A minha mãe é que sofria de violência doméstica, um pedaço (...)" (R6)

"Era turbulenta, era assim... era difícil pra minha mãe, mas ainda assim, quando o meu pai faleceu ela, ela queria ele de novo (...)" (R8)

Quando as relações foram consideradas efetivamente conflituosas, os participantes associaram, uma vez mais, como fator desencadeador do comportamento violento, principalmente, o álcool, que conforme Galvani (2006) não pode ser designado como causador, mas sim potencializador de personalidades violentas, visto que o agressor beneficia da sua dependência e dos efeitos para praticar os seus atos:

"(...) já se sabe o gajo trabalhava na agricultura era vinho e cerveja, era mais por isso (...)" (R6)

"O álcool era, era o álcool... não havia outro (...) era o álcool, era a bebida, não há outra explicação (...)" (R8)

Por sua vez, no que concerne à relação dos próprios sujeitos com os progenitores, alguns deles referiram usufruir de boas relações:

"Eu dava-me bem, nunca tive problemas nenhuns (...)" (R5)

"Na minha infância tinha uma boa relação com os dois (...)" (R1)

Todavia, a generalidade mencionou ter relações de maior proximidade com a mãe:

"Eu costumo dizer que sou o namorado da minha mãe (...)" (R6)

"(...) a relação com a minha mãe, adoro a minha mãe... sempre tivemos uma relação de cumplicidade, amizade (...) acho que trocava a minha vida pela dela (...)" (R7)

"(...) minha mãe era excelente pra nós, era uma pessoa, o porto seguro, a quem nós recorriamos em busca de proteção... de apoio, isso tudo (...)" (R8)

Ou ainda relações de conflito com o pai:

"(...) com o meu pai era turbulenta, muito turbulenta (...) a última vez que falei com ele foi no funeral da minha mãe, há cinco anos atrás (...)" (R2)

"(...) do meu pai, a gente fugia-se dele, nunca procurei o meu pai para um conselho, nunca procurei meu pai pra desabafar sobre nada, nada... não procurei ele pra nada, é incrível, nunca procurei ele pra nada, verdade (...)" (R8)

"(...) ele pega num cabo de vassoura e foi me dando, foi me dando, foi me dando até se cansar, cansou-se, foi outra vez ao bar, e bebeu mais (...) foi-se embora pra casa, chegou a casa e voltou a me bater (...)" (R11)

Neste campo, e de acordo com Stover (2005), existe também uma maior probabilidade de os indivíduos expressarem comportamentos violentos quando são expostos a vitimação durante a infância, facto que se verifica nos testemunhos anteriores.

Quando, sob uma outra perspetiva, nos remetemos para os padrões transgeracionais, compreendemos que os valores familiares são transmitidos visando preservar a ligação e a estabilidade, a homeostase e a consolidação dos próprios papéis familiares. Muitas vezes, a transmissão realiza-se de forma subentendida e em determinados casos existem famílias em que as informações são comunicadas de tal modo que não consideram a possibilidade de preparação, assimilação e de modificação por parte dos mais novos. Estes, mesmo que de forma involuntária, ficam “condenados” a uma forma de proceder pouco crítica, reiterando padrões de comportamento observados e transmitindo-os às gerações posteriores (Perdigão, Menezes, Almeida, Machado, Silva & Prazeres, 2014). Ao longo das entrevista verificou-se que a multiplicidade dos participantes consideraram que as suas heranças das gerações antepassadas foram, essencialmente, as suas características de personalidade:

"(...) seriedade e humildade (...) talvez a teimosia, talvez a teimosia (...)" (R2)

"(...) a solidariedade que existe entre nós (...) temos todos esta personalidade de explosivo (...)" (R8)

"Só se forem as aparências (...) única coisa que eu acho que foi mal foi as heranças (...)" (R12)

Entende-se, portanto, que no processo de transmissão favorável, tanto para o sujeito como para o grupo, verifica-se um trabalho de construção e de ligação, posto que uma geração consegue transmutar aquilo que recebe, incluindo as suas heranças em função das suas próprias experiências e perspetivas. No caso da presente amostra, indicaram como principais transmissões favoráveis as tradições familiares:

"(...) as tradições, talvez... muitos Natais, juntos, em família (...)" (R3)

Todavia, quando a herança arrecadada transporta em si uma carga traumática em relação à qual está interdito o acesso à representação e à preparação, há uma forte possibilidade de repetição (Perdigão, Menezes, Almeida, Machado, Silva & Prazeres, 2014). Segundo os reclusos em estudo, as heranças transferidas de cariz mais negativo correspondem, sobretudo, a padrões de consumos abusivos:

"(...) talvez o problema do álcool (...)" (R8)

"(...) a bebida, o vício do álcool (...)" (R11)

Além disso, segundo os testemunhos da amostra, parece existir uma continuidade transgeracional do ciclo da violência (Ramos & Oliveira, 2008), o que resulta, muitas vezes, na utilização da violência como o método para a resolução de problemas:

"(...) isso pra mim foi instigado pelas agressões que sofri, pelo... pelo incentivo dos meus primos e irmão também para responder da mesma moeda e conversas com o meu avó e assim." (R1)

"(...) se eu tivesse tido uma educação baseada no amor, no carinho, no diálogo, se não tivesse visto violência (...)" (R8)

Seguindo este pensamento, Barreto et al. (2009) mencionam que torna-se, efetivamente, indispensável entender a origem da violência, assim como o seu desenvolvimento histórico, uma vez que esta não acontece por acaso, podendo também ser aprendida através da transmissão geracional.

Deste modo, compreende-se que a família é uma unidade fornecedora do sustento biológico, físico e emocional, tendo uma grande responsabilidade sobre a formação do indivíduo, porém pode também ser vista como uma hierarquia que tem sido definida a partir de uma estrutura de poder que abrange “influência, controle e adaptabilidade” (Carvalho & Melo, 2013). Segundo as mesmas autoras, o conteúdo proveniente do poder e da autoridade do chefe da família reflete-se a partir de regras, normas e controlo sobre os restantes elementos, onde, muitas vezes, os homens figuram como dominadores. De acordo com os testemunhos dos reclusos entrevistados este é um aspeto bastante patente, sobretudo nas suas famílias de origem:

"(...) às vezes até havia punição pra quem abrisse a boca, levava com um chicote que o meu pai lá tinha (...)" (R2)

"Era mais o meu pai, mais o meu pai (...) tinha-se mais horas tipo pra chegar da escola (...)" (R6)

"(...) era uma família conservadora, obvio que era o meu pai (...) umas palmadas, umas palmadas com um pau (...) era comum na altura (...) eram mais castigos físicos que outra coisa (...)" (R7)

Nessas situações, os sujeitos identificaram como tipo de regras mais comuns a ida obrigatória tanto à escola como à catequese:

"Não faltar à escola, ir à missa, catequese, fazer sempre a lida da casa (...) e não andar pela rua." (R1)

"(...) rezar antes de comer (...)" (R7)

"(...) tínhamos que ir à missa todas as semanas (...) havia a hora de almoço, a hora de jantar, tinha a catequese, a escola, tinha aquelas horas todas. Já na minha não." (R9)

No entanto, no caso dos reclusos com família já constituída, verificou-se que a autoridade e poder familiar faz-se sentir, maioritariamente, por parte da figura materna:

"Era muito mais a mãe que fazia essa parte dos castigos... sinceramente nunca consegui assim muito... ser muito rígido com ela (...)" (R3)

"E no caso dos seus filhos quem imponha as regras? Ah isso era sempre as mães, claro! (...) isso era tudo a mãe, trabalho da mãe, eu não podia ver ela castigar, às vezes eu dava uma chapadinha no rabo e eu fazia barulho, mas isso..." (R6)

4.5. Planos de vida. Apesar do curso de vida pessoal e familiar e da situação adversa em que estão inseridos, os reclusos tendem a apresentar expectativas de futuro positivas, isto é, ambições em relação à procura de trabalho, à contiguidade de relações sociais e à participação na vivência dos seus descendentes. Estas ambições são, geralmente, influenciadas pelo acontecimento significativo que é a situação de reclusão, o que tende a conduzir a uma alteração nas decisões, nas aspirações e na vida que tinham antes da prisão e um conseqüente desenvolvimento de novos projetos futuros (Silva, 2012).

Relativamente às perspetiva de futuro pessoais, respeitantes a ações, pensamentos, comportamentos e necessidades individuais, a maioria dos participantes demonstra ter uma grande necessidade de retomar os laços familiares, assim como de construir uma vida familiar:

"As minhas expectativas é ter trabalho, construir família, ajudar os meus pais (...) e os meus irmãos (...)" (R1)

"(...) meus planos de vida passam pelo meu desenvolvimento pessoal ... e espiritual, hum profissional, essencialmente e depois viver pro meu filho (...)" (R2)

"(...) na parte pessoal ser pai é um sonho (...)" (R7)

No entanto, é também notória a vontade de emigrar, devido, sobretudo, ao facto destes indivíduos não encontrarem oportunidades em Portugal:

"(...) hum, talvez emigrar para Londres (...)" (R1)

"Eu tenho duas ideias ... ou vou pra Amesterdão (...) ou vou para a terra dos meus pais que é São Tomé (...)" (R2)

Por outro lado, no campo profissional são vários os reclusos que aspiram trabalhar por conta própria e abrir o seu próprio negócio:

"(...) vou viver aqui na Madeira, quero abrir alguma coisa sobre meditação e sobre medicina (...)" (R4)

"(...) pretendo abrir um bar ... era um sonho que eu queria realizar, pronto ... abrir um bar ou alguma coisa tipo de hambúrgueres ou vender comeres assim (...)" (R6)

Enquanto outros dizem já ter oportunidades de trabalho concretas para o momento da saída:

"(...) voltar ao meu trabalho e continuar com a minha vida pra frente... não vir aqui bater mais nenhuma vez (...)" (R11)

"Me apresentar à Câmara e trabalhar (...)" (R12)

Desta forma, verifica-se que os indivíduos entrevistados demonstraram ter várias perspetivas futuras, relacionadas, fundamentalmente com o momento da saída e com as distintas áreas, particularmente, perspetivas pessoais, profissionais, familiares e sociais.

Capítulo 5 – Discussão

Da análise das características da nossa população constituída por indivíduos agressores, observa-se que a prática de comportamentos violentos ocorre independentemente da faixa etária dos sujeitos. De referir ainda que também parece não haver prevalência de um grau de escolaridade específico nem de um nível socioeconómico. Estes resultados aparentam ir ao desencontro daquilo que é defendido na literatura, onde, muitas vezes, os indivíduos violentos, quando comparados com os

não-violentos, costumam apresentar níveis de educação, emprego e de recursos económicos mais baixos (Azevedo, 2013). Contudo, tal pode dever-se ao tamanho reduzido da amostra que não nos permite determinar um padrão.

Através da análise e quantificação das unidades de sentido obtidas, e no que diz respeito às dimensões estudadas, nota-se que, no autoconceito, a maioria dos reclusos teve a capacidade de identificar determinadas atitudes, competências, sentimentos, aparências e assim demonstraram um certo conhecimento das próprias capacidades (Faria, 2005). Ainda assim, verificou-se, efetivamente, uma certa dificuldade por parte dos participantes em autodefinirem-se, nomeadamente nas suas características positivas, facto que pode ir ao encontro do que é defendido por vários autores (Donnellan, Trzesniewski, Robins, Moffitt, & Caspi, 2005; Webster, Kirkpatrick, Nezlek, & Paddock, 2007; Guimarães, 2012) que afirmam que um autoconceito pouco definido pode constar num fator de risco para o desencadeamento de estilos de vida desajustados ou o comprometimento em comportamentos divergentes, nos quais se compreendem problemas de saúde mental e física e índices mais consideráveis de comportamentos criminosos.

Referente à caracterização do comportamento violento do próprio indivíduo, os resultados obtidos demonstram que a grande maioria define-se como não violentos, existindo apenas um testemunho de comportamentos violentos específicos. Estes resultados podem dever-se à deseabilidade social, que consiste num dos tipos mais comuns de enviesamento de respostas, onde os sujeitos tendem a rejeitar a existência de atitudes ou comportamentos com valores socialmente indesejáveis (Almiro, 2017), ou ainda ao fato de os sujeitos não percecionarem ou terem consciência que os seus comportamentos são violentos. Todavia, foi possível constatar também que a generalidade dos agressores reclusos consumia álcool ou drogas separadamente ou associados, fator que reconheceram, muitas vezes, como desencadeador do próprio comportamento violento. Relativamente a este aspeto podemos dizer que a ligação do uso do álcool com a violência é complexa e não há uma causa única que determine se o álcool gera comportamentos agressivos, se a agressividade instiga o consumo de álcool ou se ambos sofrem influência do contexto social para coexistirem (Laranjeira, Duailibi, & Pinsky, 2005). Ainda assim, o índice elevado do uso de álcool entre os reclusos indicou que esta droga pode ser considerada uma agravante do comportamento violento (Grant et al., 2006; Laranjeira, Duailibi, & Pinsky, 2005; Martin & Bryant, 2001). Estes

resultados são consistentes com aquilo que é defendido na literatura, onde são diversos os estudos em que se verifica que o risco de ocorrer uma situação de violência relacionada com o uso de álcool ou qualquer outra droga pelo agressor é maior quando comparado ao não uso (Azevedo, 2013). Em concordância com Leonard et al. (1985, citado por Riggs, Caulfield, & Street, 2000) foram apurados índices de agressão conjugal cerca de três vezes maiores do que nos indivíduos sem desordens relacionadas ao consumo de álcool. Para além disso, em cerca de 50% a 70% dos casos de violência o consumo crónico de álcool está envolvido (Leonard & Blane, 1992). Ainda relativamente a este aspeto, Barnett e Fagan (1993) ao examinarem a quantidade e frequência do consumo de álcool nos sujeitos seguidos pelo sistema de justiça, em vez da simples existência ou não de problemas interligados com essa substância, defenderam que esses indivíduos aludem um consumo de álcool claramente maior, em termos de quantidade, do que os grupos de controlo de sujeitos não-violentos.

No que concerne à caracterização do contexto relacional, os resultados obtidos nesta investigação evidenciam que existe uma grande dificuldade, por parte desta população reclusa, em estabelecer relacionamentos conjugais estáveis, todavia, e apesar disso, foi notório que a maioria dos reclusos pode contar com o apoio e suporte familiar tanto dentro como fora do contexto prisional, embora este mesmo apoio se restrinja, muitas vezes, à familiar nuclear. Neste seguimento, os resultados vão ao encontro do que é defendido por Morris (1965, citado por Granja, 2015) que afirmou que a reclusão de um elemento da família tanto pode dinamizar ou salientar tensões e provocar a divisão familiar ou, por oposição, conduzir ao fortalecimento de relacionamentos. Ainda neste enquadramento, as relações entre reclusão, família e reinserção social têm sido cada vez mais debatidas, existindo uma tendência crescentemente difundida nos estudos e na literatura relacionada com a reclusão que associa o apoio familiar, durante e após a prisão, com processos de reinserção social “bem-sucedidos”, por exemplo, ao nível da prevenção da reincidência (Aungles, 1994; Visher & Travis, 2003; Naser & La Vigne 2006; Codd, 2007; Berg & Huebner, 2011; Touraut, 2012).

Quanto às representações acerca das relações familiares, verificou-se que na grande maioria dos casos, existe um histórico familiar violento, onde a figura paterna surge, predominantemente, como agressor ou dominador. Neste enquadramento, importa lembrar que este poder que é exercido pelo chefe de família, muitas vezes, através de uma forma de controle social bastante severa, isto é, tanto através de

violência física quanto psíquica, tende a reprimir e discriminar os restantes membros familiares que também se encontram implicados nesta dinâmica conflituosa (Carvalho & Melo, 2013). Tal notou-se nos testemunhos dos participantes que indicaram que o papel exercido pela figura paterna acabou por ser um fator que parece ter contribuído para a existência de relações, sobretudo, de conflito com os pais e de proximidade com as mães. Neste contexto de violência intrafamiliar, uma vez mais, os resultados demonstram que o álcool surge como fator influenciador do comportamento violento, onde se constata que o consumo desta ou de outras substâncias pode, efetivamente, desinibir o comportamento e interferir na dinâmica de resolução dos conflitos familiares, simplificando a violência (Tavares, Scheffer, & Almeida, 2012).

Confirma-se, portanto, que famílias têm sido alvo de vários estudos científicos que as definem como uma instituição segundo a qual o comportamento normativo ou desviante dos sujeitos se configura e desenvolve (Fonseca, 2002; Granja, 2015). Neste seguimento, e no que toca aos padrões transgeracionais, os resultados apontam que são as próprias características familiares que surgem como as principais heranças passadas de geração em geração, contudo os testemunhos dos reclusos declaram que tanto os consumos abusivos como o próprio comportamento violento fazem, igualmente, parte das heranças transgeracionais, sobretudo quando o fator da exposição e testemunho da violência está presente na história de vida dos sujeitos (Gover, Kaukinen, & Fox, 2008; Robboy & Anderson, 2011). Embora não seja possível afirmar que esta é uma condição suficiente por si só para o desenvolvimento de comportamentos violentos (Moskowitz, 2004), a verdade é que Murrell, Christoff e Henning (2007) constataram diferenças consideráveis, em termos de frequência da violência conjugal, ao comparar sujeitos que não foram vítimas nem testemunharam violência na infância, com sujeitos que apenas foram testemunhas, ou que somente foram vítimas de abuso na infância ou ambos. Para além disso verificou-se que os sujeitos vitimizados tendem a cometer mais violência física que os que apenas testemunharam. Para mais, os que passaram quer pela experiência, quer pelo testemunho apresentaram valores ainda mais significativos quanto à frequência da violência (Murrell, Christoff, & Henning, 2007).

Ainda no âmbito das representações acerca das relações familiares, os resultados demonstram também que no que respeita à autoridade e poder é a figura paterna que assume esses papéis dentro da família de origem dos participantes, todavia, no presente e no que toca aos reclusos com família já constituída, tendem a serem as mães a adotar

essas funções. Tal pode dever-se ao facto da parentalidade ser cada vez mais frequentemente associada a um maior número de mudanças na vida das mães do que na dos pais, considerando a pressuposição, culturalmente generalizada, de que estas são as cuidadoras primordiais (Pinquart & Teubert, 2010). Consequentemente, mesmo que sem essa finalidade, as mães parecem estar a interiorizar comportamentos de uma maternidade excessiva e a delimitar o comprometimento dos pais nas tarefas parentais, como forma de certificar o elevado desempenho que delas se perspetiva (Johnston & Swanson, 2006).

Relativamente aos planos de vida, os resultados deste estudo mostram que a amostra usufruir, verdadeiramente, de ambições futuras que passam sobretudo por construir uma vida familiar e trabalhar, seja por conta própria ou por conta de outrem.

Observou-se que a maior parte das perspetivas de futuro dos reclusos participantes são planos e projetos positivos que apresentam um propósito de sucesso pessoal, familiar, profissional e social. O otimismo demonstrado relativamente ao futuro tende a mobilizar a realização dos planos de ação futuros (Savickas, 1990) e neste campo foram diversos os estudos que demonstraram que os reclusos mais confiantes e otimistas quanto ao futuro, bem como aqueles que tinham uma conceção de controlo sobre o futuro e resistentes crenças no seu valor pessoal, foram os sujeitos que obtiveram uma taxa de reincidência mais baixa, deixando, permanentemente, o crime (Maruna, 2001; Burnett & Maruna, 2004).

Desta forma, é possível afirmar que os indivíduos demonstraram uma grande necessidade de praticar papéis pro-sociais relacionados, especialmente, com a implementação de projetos pessoais e profissionais, nomeadamente reconquista de vínculos familiares, construção de vida familiar, admissão num emprego consistente e financeiramente produtivo, regresso e reconciliação com a sociedade, assim como o afastamento de comportamentos aditivos relacionados com o álcool ou outros tipos de drogas. Ainda assim, é visível que o desejo pela constituição de família e procura e inserção num emprego estável foram as perspetivas com mais destaque entre os participantes.

Desta maneira, com base nos resultados da presente investigação, podemos compreender que a grande maioria dos indivíduos entrevistados demonstraram ter um histórico familiar conturbado e marcado por comportamentos violentos, em que, muitas

vezes, são os consumos abusivos de substâncias os fatores considerados desencadeadores desses mesmos comportamentos. Mesmo assim, manifestaram sentimentos otimistas relativamente ao futuro, facto que deve ser apreciado, sobretudo, tendo em vista a readaptação e reinserção dos reclusos e de forma a suprir as taxas de reincidência.

Parte III – Considerações Finais

Capítulo 6 - Conclusão

Ao longo deste estudo foi possível compreender que a violência não pode ser relacionada apenas com uma determinada causa, mas sim, com uma multiplicidade de fatores. A multifatorialidade envolve uma vasta série de indicadores para a percepção do comportamento violento e, de entre os fatores biológicos, genéticos, sociais e culturais, podemos enfatizar os aspectos relacionados com a transgeracionalidade. Neste sentido, as experiências e modelos assimilados pelo indivíduo, sejam eles positivos ou negativos, tendem a se reiterar ao longo do curso de vida e com outros tipos de relacionamentos. Por esta mesma razão, torna-se fundamental olhar para a família como fornecedora de apoio e suporte emocional, viabilizando, assim, a constituição psíquica do indivíduo.

Deste modo, e respondendo ao principal objetivo desta investigação, que passa por compreender como se relaciona o comportamento violento do sujeito com o processo de transmissão transgeracional dos padrões de interação violenta, concluiu-se que estas duas dimensões parecem estar relacionadas, sobretudo, quando nos debruçamos sobre os relatos das entrevistas que mostram que, muitas vezes, as marcas da violência não podem ser apagadas da história pessoal de cada um, afetando diferentes áreas da vida, nomeadamente os relacionamentos interpessoais, profissionais e amorosos.

No que diz respeito aos resultados verificou-se que a amostra demonstrou uma certa dificuldade em autodefinir-se, sobretudo quando questionada sobre as suas qualidades, o que revela, conseqüentemente, um autoconceito baixo. Relativamente à caracterização do comportamento violento do próprio indivíduo verificaram-se, sobretudo, definições não violentas, mas tal pode dever-se à possível não consciência ou atribuição de um caráter violentos às suas ações ou, novamente, à desejabilidade social presente no momento das entrevistas, onde surge uma necessidade de apresentar uma imagem positiva não só perante o investigador, mas também toda a sociedade com acesso a esta investigação. Mesmo assim, foi visível que quando os participantes mencionavam alguns dos seus comportamentos violentos a grande maioria indicou como agente desencadeador o consumo abusivo de álcool, fator que continua a ser associado a este tipo de atitudes.

No que concerne à caracterização do contexto relacional observou-se que a maioria dos participantes relatou a existência de relacionamentos, tanto amorosos como

interpessoais, pouco estáveis e marcados, por vezes, por violência. Também no que respeita às representações acerca das relações familiares concluiu-se que algumas das mesmas são marcadas, efetivamente, por bons relacionamentos, contudo, a generalidade descreveu relações conflituosas, particularmente, com a figura paterna. No âmbito do agregado familiar notou-se que o mesmo era reduzido, restringindo-se apenas à família nuclear e, em alguns dos casos, sem grandes suportes. Neste seguimento, é defendido que os reclusos que conservam os laços familiares durante e após o cumprimento da pena de prisão, tendem a ser melhor sucedidos no processo de reintegração, facto que deve, efetivamente, ser alvo de intervenção de modo a cooperar para a inferior probabilidade de continuarem envolvidos em atividades criminais após o termo da reclusão (Mills & Codd, 2007; Baumer, O'Donnell, & Hughes, 2009).

Ainda assim, no caso desta investigação, a verificação do grau de influência exercida pela família deu-se, principalmente, pela análise dos resultados relacionados com a transgeracionalidade onde se comprovaram aspetos de repetição de agressividade e violência como um legado da família. Assim compreendemos que o chamado comportamento desviante pode ser melhor conceptualizado como consequente de um percurso de vida também ele desviante, que influencia globalmente o desenvolvimento do indivíduo, e não como resultante de uma única causa identificável.

Por outro lado, e no que toca aos planos de futuro, muitos deles acabam por parecer pouco realistas e de difícil concretização, considerando não só a situação económica de muitos dos participantes, mas também o presente mercado de trabalho e ainda o facto de muitos deles poderem vir a ser rotulados pela sociedade como ex-reclusos, o que, conseqüentemente, poderá tirar-lhes muitas das oportunidades de emprego e de recuperação de laços sociais, razão pela qual os serviços de reinserção social deveriam trabalhar no sentido de incrementar ações estruturadas para ajudá-los na realização dos projetos pessoais futuros.

Ao refletir sobre os resultados do presente estudo, importa evidenciar que a generalização dos mesmo para outras populações não é, de facto, a nossa finalidade, pelo que tencionamos produzir propostas teóricas que sejam exequíveis de aplicar em outros contextos idênticos, fomentar o conhecimento quanto a esta população de modo a melhorar a intervenção ao nível da reinserção social dos reclusos, assim como instigar o interesse de outros investigadores para a relevância de novas pesquisas e estudos com

este tipo de população. Para além de tudo isto, deveria ser da preocupação da sociedade proporcionar o maior número de mecanismos possíveis para que os reclusos consigam adquirir competências pessoais imprescindíveis para o afastamento do contexto criminal e, conseqüentemente, viabilizar o decréscimo do crime na nossa sociedade.

Reconhecemos, no entanto, que embora os resultados obtidos foram significativos para uma melhor compreensão da relação do comportamento violento do sujeito com o processo de transmissão transgeracional dos padrões de interação violenta, alguns deles não foram ao encontro da literatura ou com outros estudos efetuados previamente, devido, sobretudo, ao tamanho reduzido da amostra que não possibilitou retirar conclusões generalizáveis e representativas. Além disso, para estudos futuros, poderá ser indicada a utilização de modelos multifatoriais, visto que investigações em outras áreas de agressão têm demonstrado os benefícios dos mesmos para assimilar a etiologia do comportamento violento, ao invés das simples explicações teóricas (Dixon & Graham-Kevan, 2011). Esta pode ainda ser indicada efetivamente como uma das principais limitações deste estudo, que se enfoca apenas na dimensão intrapessoal da abordagem da transgeracionalidade da violência.

Ainda assim, todas estas conclusões levam-nos a pensar na importância da implementação de um programa psicoeducacional com linhas relacionadas com o próprio indivíduo e a importância da construção de um autoconceito sólido, procurando também promover a assertividade e o comportamento pró-social como garantia do bem-estar e da saúde relacional; com vista a trabalhar os aspetos das dinâmicas familiares, considerando, sobretudo, que a família pode ser compreendida como uma instituição essencial para o desenvolvimento adequado ou desviante dos sujeitos; com o próprio comportamento violento, que continua a requerer muita intervenção, sobretudo, visando a modificação de padrões cognitivo-emocionais-interpessoais do sujeito, podendo ainda ser implementado juntamente com intervenções por parte de outros técnicos e responsáveis em contacto com o indivíduo; e até com os planos de futuro, onde foi bem patente a importância que os indivíduos deram não só ao facto de construir uma vida familiar, mas também de arranjam um trabalho assim que saíssem da situação de reclusão. Este é, portanto, um outro aspeto que deveria ser considerado fundamental pois será através da área profissional que estes indivíduos poderão ter um papel ativo na sociedade, bem como meios económicos suficientes para subsistirem. Posto isto, seria relevante, para além das ações estruturadas já aludidas após a saída da cadeia, também a

efetivação de outros programas de intervenção que proporcionassem trabalhar o percurso profissional, procurando o desenvolvimento pessoal de carreira ao longo da vida.

Finalmente, importa mencionar que este estudo funciona como um esforço para dar visibilidade a esta temática, tornando-se fundamental prosseguir com a investigação acerca da transgeracionalidade do comportamento violento nesta área, na medida em que ainda há pouco conhecimento do constructo no contexto de reclusão. No que toca à violência propriamente dita, seja ela como for, deverá continuar a ter toda a nossa atenção, especialmente no nosso país, onde têm sido inúmeros os esforços para se lidar com a esta problemática. De referir igualmente que o problema da proteção das crianças expostas à violência interparental necessita de um olhar mais cuidadoso das entidades públicas ou privadas, tal como acontece noutros países (Matthews, 1999), isto porque um acolhimento social e político deste problema poderá trazer mais e melhor conhecimento e aumentar igualmente a intenção protetiva deste tipo de crianças. Assim, pretende-se que esta investigação possa surgir não só como uma reflexão sobre o que ainda nos falta alcançar num domínio tão vasto e letal como é o da violência, mas também como uma forma de sensibilizar as administrações e os próprios reclusos para a necessidade de colmatação deste problema como um modo de, principalmente, diminuir a reincidência.

Referências

- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares - Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto.
- Almiro, P. A. (2017). Uma nota sobre a desejabilidade social e o enviesamento de respostas. *Avaliação Psicológica*, 16(3).
- Arditti, J. A., Smock, S. A., & Parkman, T. S. (2005). “It’s been hard to be a father’: A qualitative exploration of incarcerated fatherhood”. *Fathering*, 3(3), 267–288.
- Assis, W. R. (2006). *O caminho intergeracional dos sentimentos: estudos dos padrões afectivos transmitidos pela família*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Aungles, A. (1994). *The prison and the home: a study of the relationship between domesticity and penalty*. Institute of Criminology, University of Sydney Law School, Sydney.
- Azevedo, N. A. S. (2013). *Fatores de Risco e Tipologias do Agressores Conjugais*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Baptista, P.C.P., Merighi, M. A. B., & Freitas, G. F. (2011). El estudio de la fenomenologia como una vía de acceso a la mejora de los cuidados de enfermería. *Cultura de los cuidados*, 29(15), 9-15.
- Barbosa, C. M. P., & Nascimento, P. D. (2015). *A transmissão psíquica entre gerações e as psicoterapias corporais: o que Reich e Lowen têm a nos dizer?* In Congresso brasileiro e encontro paranaense de psicoterapias corporais, 20. Anais, Curitiba: Centro Reichiano. Acedido Fevereiro 19, 2019, em www.centroreichiano.com.br/artigos_anais_congressos.htm.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barnett, O. W., & Fagan, R. W. (1993). Alcohol use in male spouse abusers and their female partners. *Journal of Family Violence*, 8(1), 1-25.

- Barros, P. C., Carvalho, J. E., & Pereira, M. B. F. L. O. (2009). *Um estudo sobre bullying no contexto escolar*. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Brasil.
- Barreto, A. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C. & DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), p. 86-92.
- Baumer, Eric P.; O'Donnell, Ian; Hughes, Nicola (2009), “The porous prison: A note on the rehabilitative potential of visits home”. *The Prison Journal*, 89(1), 119–126.
- Belei, R., Gimenez-Paschoal, S. R., Nascimento, E., & Matsumoto, P. (2008). O uso de entrevista, observação e vídeo-gravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação*, 30, 187-199.
- Berg, M. T., & Huebner, B. M. (2011). Reentry and the ties that bind: An examination of social ties, employment, and recidivism. *Justice Quarterly*, 28(2), 382–410.
- Boni, V., & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC*, 2(3), 68-80.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2003). Relações conjugais em transformações e sofrimento psíquico: Uma sociedade em transição. In Costa I., Holanda A. F. Martins, F., & Tafuri, M. I. (Orgs.). *Ética, linguagem e sofrimento* (pp. 295-305). São Paulo: Abrafipp.
- Burnett, R., & Maruna, S. (2004). So “prison works”, does it?: the criminal careers of 130 men released from prison. *The Howard Journal*, 43, 390-404.
- Camarneiro, A. P. F. (2015). Famílias e Transgeracionalidade. Trabalho apresentado em Congresso REATIVA, In *Revista de Enfermagem Referência*, 3. Coimbra.
- Canha, J. (2002). A criança vítima de violência. In Machado, C., & Gonçalves, R. A. (Coords.). *Violência e vítimas de crime*, 2, 13-36.

- Carvalho, A. P. F., & Melo, L. F. (2013). *Relações de poder: famílias com histórico de violência doméstica contra a mulher*. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, Cidade Universitária da UFMA, São Luís/Maranhão, Brasil.
- Castro, A. B. S., & Blanco, C. M. C. (2007). El muestreo en la investigación cualitativa. *Nure Investigación*, 27, 1-4.
- Cavaco, O. (1999). *A relação eu-outro: dualidade indivisível, unidade indizível*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Centro de Estudos Judiciários. (2016). *Violência Doméstica: Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (8ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Codd, H. (2007). Prisoners' families and resettlement: A critical analysis. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 46(3), 255–263.
- Coelho, E. B. S., Silva, A. C. L. G., & Lindner, S R. (2014). *Violência: definições e tipologias*. Florianópolis: UFSC.
- Costa, L. F. (2010). A perspectiva sistêmica para a clínica da família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 95-104.
- Creswell, J. W. (1998). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions*. California: Sage Publications.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2007). Violência: um problema global de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163-1178.
- De Antoni, C., Mesquita, J., & Koller, S. H. (1998). *Perfil de meninas maltratadas: levantamento de dados em uma Casa de Passagem [Resumo]*. In Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Org.), *Anais do II Congresso Psicologia do Desenvolvimento*. Gramado, RS: SBPD.
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 245-262.

- Dixon, L., & Graham-Kevan, N. (2011). Understanding the nature and etiology of intimate partner violence and implications for practice and policy. *Clinical Psychology Review*, 31(7), 1145–55.
- Donnellan, M. B., Trzesniewski, K. H., Robins, R. W., Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2005). Low self-esteem is related to aggression, antisocial behavior, and delinquency. *Psychological Science*, 16, 328-335.
- Duque, C. S. P. (2009). *Fragmentos da Violência Familiar: Um estudo de caso*. Monografia, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Echeburúa, E., Fernández-Montalvo, J., & Corral, P. (2008). ¿Hay diferencias entre la violencia grave y La violencia menos grave contra la pareja?: un análisis comparativo. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 2(8), 355-382.
- Eiguer, A. (1998). L'identification à l'object transgénérationnel. *Journal de la psychanalyse de l'enfant*. 10, 93-108.
- Falcke, D., Wagner, A. & Mosmann, C.P. (2005). *Passando a história a limpo: o impacto das experiências da família de origem na conjugalidade*. In: Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: Edipucrs.
- Faria, L. (2005). Desenvolvimento do auto-conceito físico nas crianças e nos adolescentes. *Análise Psicológica*, 23(4), 361-371.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: Doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 367-374.
- Finlay, L. (2009). Debating phenomenological research. *Phenomenology & Practice*, 3(1), 6-25.
- Fonseca, A. C. (2002). Comportamento anti-social e família: Novas abordagens para um velho problema. In Fonseca, A. C. (org.). *Comportamento anti-social e família: Uma abordagem científica* (pp. 1-14). Coimbra: Almedina.
- Fonseca, R., Silva, P., & Silva, R. (2007). Acordo inter-juízes: O caso do coeficiente kappa. *Laboratório de Psicologia*, 5(1), 81-90.

- Frutuoso, M. M. E. (2005). *Violência familiar: um estudo qualitativo dos crimes contra familiares*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal.
- Galvani, S. (2006). Alcohol and domestic violence. *Violence Against Women*, 12, 641-662.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa : tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 20-29.
- Gomes, S. (2012). *A pessoa reclusa em contexto prisional: agressividade, sintomas psicopatológicos e apoio social*. Dissertação de Mestrado, ISPA - Instituto Universitário, Portugal.
- Gôngora, J. N. (2015). *Violencia en las relaciones íntimas: Una perspectiva clínica*. Herder.
- Gover, A. (2009). Domestic violence. In Miller, J. M. (Ed.). *21th century criminology – A reference handbook*, 472-480. California: SAGE Publications, Inc.
- Gover, A. R., Kaukinen, C., & Fox, K. A. (2008). The Relationship Between Violence in the Family of Origin and Dating Violence Among College Students. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(12), 1667–1693.
- Granja, R. P. G. (2015). *Para cá e para lá dos muros: Relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Grant, J., Scherrer, J., Lynskey, M., Lyon, M., Eisen, S., Tsuang, W., et al. (2006). Adolescent alcohol use is a risk factor for adult alcohol and drug dependence: Evidence from a twin design. *Psychological Medicine*, 36(1), 109-118.
- Guimarães, J. V. C. (2012). *Autoconceito, autoestima e comportamentos desviantes em adolescentes*. (Tese de mestrado não publicada). Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Portugal.

- Hartmann, I. B., & Schestatsky, S. (2011). Transmissão do psiquismo entre as gerações. The psychic transmission between generations. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 13(2), 92-114.
- Johnston, D., & Swanson, D. (2006). Constructing the good mother: The experience of mothering ideologies by work status. *Sex Roles*, 54(7-8), 509-519.
- Júnior, A. F. B., & Júnior, N. F. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência: Araxá*, 7(7), 237-250.
- Krakowski, M., & Czobor, P. (2004). Gender differences in violent behaviors: relationship to clinical symptoms and psychosocial factors. *American Journal of Psychiatry*, 459-465.
- Krug, E. G., Dahlgerg, L. L., Mercy, J.A., Zwi, A.B., & Lozano, R. (2002). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Organização Mundial de Saúde, Genebra.
- Kyriacou, D., Anglin, A., Taliaferro, E., Stone, S., et. al. (1999). Risk factors for injury to women from domestic violence. *The New England Journal of Medicine*, 25(34), 1892- 1898.
- Laranjeira, R., Duailibi, S., & Pinsky, I. (2005). Álcool e violência: A Psiquiatria e a saúde pública. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 27(3), 176-177.
- Leonard, K. E., & Blane, H. T. (1992). Alcohol and marital aggression in a national sample of young men. *Journal of interpersonal violence*, 7(1), 19-30.
- Lincoln, Y., & Guba, E. (1985). *Naturalistic inquiry*. California: Sage Publications.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). Considerações teóricas e conceituais relevantes para o estudo. In, Lisboa, M. (coord.). *Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a violência exercida contra as mulheres e homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Magalhães, M. O. (2008). Relação entre ordem de nascimento e interesses vocacionais. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(2), 203-210.

- Malterud, K., Siersma, V. D., & Guassora, A. D. (2015). Sample Size in Qualitative Interview Studies: Guided by Information Power. *Qualitative Health Research*, 1753-1760.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para Intervir*. Guia de boas práticas para profissionais de saúde. Lisboa: CIG.
- Martin, S. E., & Bryant, K. (2001). Gender differences in the association of alcohol intoxication and illicit drug abuse among persons arrested for violent and property offenses. *Journal of Substance Abuse*, 13(4), 563-581.
- Martins, E., Rabinovich, E., & Silva, C. (2008). Família e o processo de diferenciação na perspectiva de Murray Bowen: um estudo de caso. *Psicologia USP*, 19 (2), 181-197.
- Martins, E., Rato, M., & Marques, E. (2017). Violência familiar: conceitos, impacto e intervenção dos profissionais de saúde. *Egitania Scientia*, 7-22.
- Martins, M. J. D. (2007). Violência interpessoal e maus-tratos entre pares, em contexto escolar. *Revista da Educação*, 15(2), 51-78.
- Maruna, S. (2001). *Making good: how ex-convicts reform and rebuild their lives*. Washington: American Psychological Association.
- Mattews, M. A. (1999). The impact of federal and state laws on children exposed to domestic violence. *David e Lucile Packard Foundation, Domestic Violence and Children, The Future of Children*, 9(3), 50-66.
- Mason, M. (2010). Sample Size and Saturation in PhD Studies Using Qualitative Interviews. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 11(3), 1438-5627.
- McDaniel, M.A., Hartman, N. S., & Grubb, W. L. (2003). *Situational judgment tests, knowledge, behavioral tendency, and validity: A meta-analysis*. Paper presented at the 18th Annual Conference of the Society for Industrial and Organizational Psychology. Orlando.
- Melo, M., & Teles, M. A. A. (2003). *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense.

- Mendes, D. D., Mari, J. J., Singer, M., Barros, G. M., & Mello, A. F. (2009). Study review of biological, social and environmental factors associated with aggressive behavior. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 31(2), 77-85.
- Milani, R. G., & Loureiro, S. R. (2008). Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(1), 50-67.
- Mills, A., & Codd, H. (2007). *Prisoners' families*. In Jewkes, Y. (ed.). Handbook on prisons. Cullompton, Devon: Willan Publishing.
- Minayo, M. (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (7ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Minayo, M. C. S. (2007). Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. *Impactos da violência na saúde*, 21-42.
- Minayo, M. C. S., & Souza, E. R. (1997). Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 4(3), 513-531.
- Miranda, M., Paula, C., & Bordin, I. (2010). Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 27(4), 300-308.
- Moskowitz, A. (2004). Dissociation and violence: a review of the literature. *Trauma, Violence & Abuse*, 5(1), 21-46.
- Murrell, A., Christoff, K., & Henning, K. (2007). Characteristics of Domestic Violence Offenders: Associations with Childhood Exposure to Violence. *Journal of Family Violence*, 22, 523-532.
- Naser, R. L., & La Vigne, N. G. (2006). Family support in the prisoner reentry process: expectations and realities. *Journal of Offender Rehabilitation*, 43(1), 93-106.
- Nurse, A. M. (2001). The structure of the juvenile prison: Constructing the inmate father. *Youth & Society*, 32(3), 360-394.

- Oliveira, A. A. (2010). Observação e Entrevista em Pesquisa Qualitativa. *Revista FACEVV*, 22-27.
- OMS. (2012). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher. Acedido em Janeiro 7, 2019, em https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44350/9789275716359_por.pdf;jsessionid=4CC8B74E4A086709DC08B82E3740F80B?sequence=3.
- Öhman, A. (2005). Qualitative methodology for rehabilitation research. *Journal of Rehabilitation Medicine*, 37, 273-280.
- Padilla-Díaz, M. (2015). Phenomenology in Educational Qualitative Research: Philosophy as Science or Philosophical Science? *International Journal of Educational Excellence*, 1(2), 101-110.
- Perdigão, A., Menezes, B., Almeida, C., Machado, D., Silva, M. C., & Prazeres, V. (2014). *Violência Interpessoal - Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde*. Direção-Geral de Saúde.
- Pinquart, M., & Teubert, D. (2010). Effects of parenting education with expectant and new parents: A meta-analysis. *Journal of Family Psychology*, 24(3), 316-327.
- Pinto, G., & Hirdes, A. (2006). O processo de institucionalização de detentos: perspectivas de reabilitação e reinserção social. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 10(4), 678-683.
- Ramos, M. E. C., & Oliveira, K. D. (2008). Transgeracionalidade percebida nos casos de maus-tratos. In Penso, M. A., & Costa, L. F. (Orgs.). *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção* (pp. 99-122). São Paulo: Summus.
- Razera, J. Cenci, C. M. B., & Falcke, D. (2014). Violência Doméstica e Transgeracionalidade: Um Estudo de Caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47-51.
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (2012). *Manual sarar - sinalizar, apoiar, registar, avaliar, referenciar: Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar/entre parceiros íntimos*. Coimbra.

- Rehbein, M. P., & Chatelard, D. S. (2013). Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(3), 563-584.
- Ribeiro, E. A. (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais*, 4, 129-148.
- Riggs, D. S., Caulfield, M. B., & Street, A. E. (2000). Risk for domestic violence: factors associated with perpetration and victimization. *Journal of Clinical Psychology*, 56(10), 1289-316.
- Robboy, J., & Anderson, K. G. (2011). Intergenerational Child Abuse and Coping. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(17), 3526–3541.
- Rodríguez-González, M., & Berlanga, M. M. (2015). *La teoría familiar sistémica de Bowen: avances y aplicación terapéutica*. Madrid: Mc Graw Hill Education.
- Sani, A. I. (2006). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, 41(180), 849-864.
- Sampaio, D., & Gameiro, J. (1985). *Terapia Familiar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Savickas, M. (1990). Improving career time perspective. In D. Brown e L. Brooks (Eds.), *Career Counseling Techniques*, 236-249. Boston: Allyn & Bacon.
- Schilling, J. (2006). On the pragmatics of qualitative assessment: Designing the process for content analysis. *European Journal of Psychological Assessment*, 22(1), 28-37.
- Schraiber, L. B. (1995). Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Revista de Saúde Pública*, 29(1), 63-74.
- Schraiber, L. B., d'Oliveira, A. F. P. L., Portella, A. P. & Menicucci, E. (2009). Violência de gênero no campo da saúde coletiva: conquistas e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1019-1027.
- Silva, C. B. (2012). *A vida de ex-reclusos por suas palavras. Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social*. Dissertação de Mestrado Publicada, Universidade do Porto, Porto.

- Silva, C., Gobbi, B., & Simão, A. (2005). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, 7(1), 70-81.
- Silva, S. S. da C., Lima, L. C., Pontes, F. A. R., Bucher-Maluschke, J. S. N. F. & Santos, T. M. (2011). Qualidade Conjugal: Estudo de Caso de Ribeirinhos na Amazônia. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4(1), 50-59.
- Stover, C. S. (2005). Domestic violence research: what have we learned and where do we go from here?. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(4), 448-454.
- Tavares, G. P., Scheffer, M., & Almeida, R. M. M. (2012). Drogas, violência e aspectos emocionais em apenados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(1), 89-95.
- Tijeras, J. A. E., Rodríguez J. R., & Armenta, M. J. R. (2005). Teoría y descripción de la violencia doméstica: programa terapéutico para maltratadores del ámbito familiar en el centro penitenciario de Pamplona. *Anuario de Psicología Jurídica*, 15, 67-95.
- Touraut, C. (2012), *La famille à l'épreuve de la prison*. Presses Universitaires de France. Paris.
- Valentim, I. V. L. (2006). A importância da confiança interpessoal para a consolidação do Programa de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*.
- Veronese, J. R. P., & Costa, M. M. M. (2006). *Violência doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente: uma leitura interdisciplinar*. Florianópolis: OAB/SC Editora.
- Visher, C. A., & O'Connell, D. J. (2012). Incarceration and inmates' self perceptions about returning home. *Journal of Criminal Justice*, 40, 386-393.
- Visher, C. A., & Travis, J. (2003). Transitions from prison to community: Understanding individual pathways. *Annual Review of Sociology*, 29(1), 89–113.
- Webster, G. D., Kirkpatrick, L. A., Nezelek, J. B., Smith, C. V. & Paddock, E. L. (2007). Different slopes for different folks: Self-esteem instability and gender as moderators of the relationship between self-esteem and attitudinal aggression. *Self and Identity*, 6, 74- 96.

Woldoff, R. A.; Washington, H. M. (2008). Arrested contact: The criminal justice system, race, and father engagement. *The Prison Journal*, 88(2), 179– 206.

Worsley, P. (1983). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Anexos

Anexo A: questionário sociodemográfico aplicado aos reclusos**Questionário Sociodemográfico****Caraterização**

1. Idade: _____
2. Naturalidade: _____
3. Estado Civil: Solteiro
 Casado
 Divorciado
 Viúvo
 União de facto
4. Tem filhos? Sim. Quantos? _____
 Não

Escolaridade e Profissão

5. Habilitações: Não sabe ler nem escrever
 Sabe ler e escrever
 1º Ciclo do Ensino Básico
 2º Ciclo do Ensino Básico
 3º Ciclo do Ensino Básico
 Ensino Secundário (ou equivalente)
 Licenciatura
 Mestrado
 Doutoramento
6. Última profissão: _____

Situação Penal

7. Crime pelo qual está detido? _____
8. Tempo de pena? _____
9. Quantos anos de prisão já tem cumpridos? _____ anos

10. A sua condição é: Primário Reincidente

10.1. Se é reincidente, quantas vezes já esteve preso para além desta vez? _____

Situação Familiar

11. Qual a composição do seu agregado familiar atual?

Pai

Mãe

Irmãos. Quantos? _____

Padrasto/Madrasta

Tios

Avós

Outros. Qual? _____

Consumo de Substâncias

12. Já consumiu algum tipo de substâncias de forma regular?

Sim

Não

12.1. Se respondeu SIM, com que idade começou a consumir? _____

12.2. Se respondeu SIM, que tipo de droga(s)?

Haxixe

Heroína

Cocaína

Ecstasy

Álcool

Outra, qual? _____

12.3. Algum familiar consome ou consumiu algum tipo de substâncias?

Sim. Quem? _____

Não

Anexo B: consentimento informado**Consentimento Informado**

O presente estudo de investigação procura compreender o processo de transmissão transgeracional do comportamento violento, sendo o foco principal, a análise das suas representações acerca da sua estrutura e dinâmica familiar. Nesse seguimento, gostaríamos de contar com a sua colaboração, para responder a várias questões centradas neste aspeto.

Tomei conhecimento que:

- todas as informações prestadas são de carácter confidencial e serão utilizadas unicamente no âmbito deste estudo;
- em nenhum momento serei identificado pelo meu nome, nem nas transcrições das gravações, nem no texto final;
- apenas o investigador terá acesso às gravações das entrevistas e após a conclusão do estudo, estas serão completamente destruídas;
- poderei pedir esclarecimentos sobre qualquer aspeto da investigação;
- poderei desistir a qualquer momento da investigação.

.....
 Declaro que tomei conhecimento dos procedimentos envolvidos no presente estudo, tomando a minha decisão de modo voluntário e autónomo.

Data: ____/____/201_

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

Anexo C: Tabela de categorização dos dados

Dimensões	Categoria	Subcategoria	Unidades de análise
Autoconceito	Qualidades		<p>"(...) coisas boas...sou amigo, adoro Deus, religião e gosto principalmente da família(...)" R1</p> <p>"(...) trabalhador, honesto, sério, humilde(...)" R2</p> <p>"Enquanto pessoa, um bocadinho reservado, tímido, mais nada (...)" R3</p> <p>"(...) paciente, honesto, verdadeiro, mais vendo a vida de outra maneira, porque eu faço meditação (...)" R4</p> <p>"Uma pessoa calma, uma pessoa calma, nunca tive problemas com coisas (...)" R5</p> <p>"Boa pessoa, claro! (...) É assim sou um pedaço calmo, sou extrovertido... hoje em dia já penso um pedacinho diferente, claro (...)" R6</p> <p>"Descrevo-me uma pessoa calma, sereno, tranquilo, basicamente isso, altruísta também." R7</p> <p>"(...) sou amável com a minha família e com aqueles meus amigos chegados, gosto de ajudar as pessoas, gosto de transmitir algo positivo (...)" R8</p> <p>"Julgo que uma pessoa normal (...) Sou uma pessoa responsável, trabalhadora (...)" R9</p> <p>"(...) um pedacinho envergonhado(...)" R9</p> <p>"(...) sou uma pessoa pacífica, tranquila, não gosto de me meter com ninguém nem gosto... injustiças (...)" R10</p> <p>"Trabalhadora, calma, quieto, não gosto que peguem comigo." R12</p> <p>"Enquanto pessoa descrevo-me...ansioso, nervoso, explosivo, incoerente(...)" R1</p>

Defeitos

"(...) sou uma pessoa que quem me faz mal eu não esqueço (...) sou rancoroso (...)" R1

"(...) defeitos, sou teimoso, tenho uma fraca tolerância a inverdades(...)" R2

"Às vezes sou um pedacinho teimoso (...)" R5

"Um pedaço teimoso(...)" R6

"Defeitos... passividade, teimosia (...)" R7

"(...) acho que sou, opá eu sou um pouco explosivo, ou seja, ferveo em pouca água(...)" R8

"(...) esse problema do autodomínio (...)" R8

"(...) todo o mundo tem defeitos, também já tive defeitos, mas já não me lembro (...)" R10

"Uma pessoa normal, nem muito violenta, nem muito pacífica, normal (...)" R11

"(...) eu não sei reagir de outra maneira, pego qualquer coisa que apanhe, um pedaço de pau, um ferro, o que tiver à mão eu parto pra cima da pessoa, não tenho problemas de abrir a cabeça (...)" R11

"Defeitos, orgulhento (...)" R11

"Não tenho explicação possível, não sou violento... nunca fui violento até aquele dia (...)" R2

**Caraterização do
comportamento
violento do próprio
indivíduo**

Definição não violenta

"Eu até aquele dia nunca fui agredido nem nunca agredi ninguém." R2

"(...) já tive algumas confusões, mas nada... não me considero um homem violento." R6

"(...) não, porradas e assim na escola não (...)" R6

**Comportamentos
violentos específicos**

"O meu comportamento violento... comportamento gera comportamento (...) eu não me considero uma pessoa violenta (...) não, não, nunca fui conflituoso (...) fui agredido mesmo, e depois revoltei-me (...)" R7

"(...) eu nunca tive brigas com ninguém (...)" R9

"(...) nunca fui violento, nunca bati na minha mulher (...) não gosto porque minha mãe me ensinou que não faças o que não gostas que te façam (...) eu sei que o que eu fiz tá mal, não devia ter

feito, é uma coisa que hoje em dia me arrependo (...)" R10

"(...) foi um momento mais de raiva (...) porque é assim se eu não gosto de bater nem... e não gosto de violência (...)" R10

"(...) nós seres humanos todos temos um comportamento violento, tá é lá dentro escondido, mas

quando nós somos confrontados com perigo de vida ou... a gente reage violentamente (...)" R8

"Seja pedras, seja o que for o que eu tenha à mão eu atiro (...) atirei uma pedra abri a cabeça de

um rapaz (...) mas cheguei a lhe pedir desculpa (...)" R11

"(...) eu tinha um pedaço de ferro dentro do carro e não tive... não pensei duas vezes, tirei aquilo

do pé do estofó do carro (...) e larguei pelas coisas abaixo (...)" R11

"(...) eu pego no ferro e parto-lhe os dedos, os quatro dedos duma mão (...)" R11

"(...) quando eles não me deixavam jogar (...) eu agarrava na bola e aliviava pra cima do prédio, já

ninguém conseguia ir lá buscar (...)" R11

**Agente desencadeador
do comportamento
violento**

"(...) no meu tempo isso raramente acontecia na escola, uma brigazita quando a gente tava-se a jogar às pedrinhas ou tava-se a jogar àqueles quadradinhos deitados..." R12

"Talvez derivado pela minha infância/adolescência possivelmente porque foi... a questão da sexualidade sempre foi escondida (...) sempre foi uma sexualidade não vivida (...)" R3

"(...) eu fazia meditação com estupefacientes, utilizava canábis com... para ajudar o processo (...)"

R4

"(...) eu tava com um pouquinho de álcool que eu não fazia nada daquilo, eu não me chateava (...) aquilo foi mais o álcool prontos, foi a bebida, aquilo é que fez aquilo porque eu dou-me bem com as pessoas (...) até sinto-me envergonhado de estar aqui na cadeia (...)" R5

"Eu não vou culpar o álcool, está a ver... aquilo foi um momento, foi um momento quente, a confusão não era comigo (...)" R6

"O meu comportamento violento... comportamento gera comportamento (...) eu não me considero uma pessoa violenta (...) não, não, nunca fui conflituoso (...) fui agredido mesmo, e depois revoltei-me (...)" R7

"(...) estava sob o efeito de álcool? Sim. E acha que isso influenciou um pouco? Não foi só um pouco, caso contrário nem iria lá (...) eu também não estava bem psicologicamente, foi aí um

**Caraterização do
contexto relacional**

**Agregado familiar
aquando da reclusão**

Sozinhos

misto de sentimentos (...)" R7
 "(...) o meu comportamento violento vem de trás (...) o álcool está por detrás disso tudo..., mas não vai deitar também as culpas todas em cima do álcool (...)" R8
 "(...) quando me pediu o divórcio foi um dia que perdi a cabeça e aí aconteceu tudo..., mas depois de acontecer tudo, pedi perdão (...)" R10
 "Da maldade das pessoas, maldade das pessoas, do dia a dia, da convivência, do andar, as coisas que se vão acumulando, tudo assim." R12
 "(...) funchal, sozinho." R2
 "(...) vivia sozinho, já partilhava, às vezes, a casa com o meu atual namorado (...)" R3
 "Eu tava na Inglaterra, vivendo sozinho." R4

Família de origem

"(...) vivia ... com os meus pais e meus três irmãos." R1
 "Com a minha mãe, o meu irmão e uma tia (...)" R7
 "Vivo com a minha mãe e os meus irmãos (...)" R11

Famílias constituídas

"Vivia na minha casa, junto da minha ex-mulher (...)" R5
 "(...) vivia na minha casa, claro, vivia mais a minha ex-companheira." R6
 "(...) vivia com a minha esposa e minhas duas filhas em casa dos meus pais." R8
 "(...) vivia na minha casa... com as minhas duas filhas e com a mãe delas." R9
 "(...) vivia com a minha mãe, minha mulher e minhas duas filhas." R10
 "Vivia com a minha filha (...)" R12

	Divórcios	<p>"Sim, várias relações... as sérias, 2 anos e meio, era adolescente, depois 5 anos no tempo de faculdade, foi a faculdade inteira, depois tive casado quase 10 anos com a mãe do meu filho, e depois pedi o divórcio e tive 3 anos (...)" R2</p> <p>"Tou casado com a minha ex-mulher há 16 anos." R10</p>
Situação familiar	Com filhos	<p>"Sim, várias relações... as sérias, 2 anos e meio, era adolescente, depois 5 anos no tempo de faculdade, foi a faculdade inteira, depois tive casado quase 10 anos com a mãe do meu filho, e depois pedi o divórcio e tive 3 anos (...)" R2</p> <p>"Várias, mas assim duradouras, duas ... uma hum que durou 10 anos talvez que é da qual tenho a minha filha, fui casado... e esta tem cinco anos." R3</p> <p>"(...) falo com a minha filha, falo com meus netos (...)" R5</p> <p>"(...) tive três relações... tive a mãe da Andreia uma relação de três anos e tal e tenho a Helena com quem casei que tem a Raquel e a Isabel... com a Helena, 15 anos (...)" R9</p> <p>"Uma vai fazer oito e a outra tem três aninhos." R10</p> <p>"Um filho de uma mulher, uma filha doutra." R12</p> <p>"(...) nunca foi casado? Não. Tem algum filho? Não." R1</p> <p>"(...) companheiras? Não, não. E tem filhos? Não." R4</p>
Relacionamentos amorosos	Sem filhos	
	Ausência de relacionamentos amorosos	<p>"(...) nunca foi casado? Não. Tem algum filho? Não." R1</p> <p>"(...) companheiras? Não, não. E tem filhos? Não." R4</p> <p>"Sim, várias relações... as sérias, 2 anos e meio, era adolescente, depois 5 anos no tempo de faculdade,</p>

	<p>Relações diversas de longa e curta duração</p>	<p>foi a faculdade inteira, depois tive casado quase 10 anos com a mãe do meu filho, e depois pedi o divórcio e tive 3 anos (...)" R2</p> <p>"Várias, mas assim duradouras, duas ... uma hum que durou 10 anos talvez que é da qual tenho a minha filha, fui casado... e esta tem cinco anos." R3</p> <p>"Tive uma relação que durou aproximadamente 15 anos (...)" R7</p> <p>"(...) tive três relações... tive a mãe da Andreia uma relação de três anos e tal e tenho a Helena com quem casei que tem a Raquel e a Isabel... com a Helena, 15 anos (...)" R9</p> <p>"Não, sou solteiro, nunca fui casado... já tive três companheiras a viver maritalmente comigo, mas nunca fui casado." R12</p>
<p>Perceção do suporte familiar quando da reclusão</p>	<p>Fortalecimento do suporte familiar</p>	<p>"(...) fiquei surpreendido que eles ainda deram-me mais força, apoiaram-me mais hum... não me deixaram nesta situação assim sozinho (...)" R1</p> <p>"(...) os meus padrinhos do crisma que vêm aqui que também sempre me apoiaram." R1</p> <p>"(...) os meus irmãos, que somos 5, a relação é sempre igual, aliás agora até é mais próxima, o apoio é maior." R2</p> <p>"(...) mudança de comportamento não. Talvez fortaleceu um pedacinho mais as relações que tínhamos, possivelmente fortaleceu muito as relações que tínhamos." R3</p> <p>"(...) só mais compaixão da parte deles ..., mas de resto continua tudo a mesma coisa." R4</p> <p>"(...) a minha mãe (...) ela vem cá duas vezes por ano só para me ver (...)" R6</p>

**Diminuição do suporte
familiar**

"(...) é lógico que a afetividade não é mesma presencial (...) A sua mãe continua a apoiá-lo? Sempre (...)

E o seu irmão? Sim, o meu irmão a relação não se alterou (...)" R7

"(...) com a minha família mais próxima não, retirando a minha esposa (...) pelo contrário, acho que

deu-me...ou seja, me apoiam mais... no meu caso, os meus laços familiares eles fortaleceram... amigos

não, desaparecem logo (...)" R8

"(...) não, até pelo contrário, tive muito da parte da Helena e foi tudo, pronto, melhor não podia ter

acontecido (...)" R9

"(...) com a minha mãe, graças a Deus, tem me vindo visitar todos os fins de semanas, os meus irmãos

é que não quero vê-los aqui dentro (...)" R11

"(...) o meu filho (...) já não o vejo desde setembro (...)" R2

"(...) realmente não sei o impacto hum da gravidade porque estou aqui adentro e não tenho muito

contacto com lá fora, só tenho com a minha mãe (...)" R10

"(...) queria contacto com a minha filha, porque sou pai dela (...)" R12

"Com a minha mãe e meus irmãos ... e meus padrinhos (...) só família (...) assim de fora posso dizer

praticamente ninguém. E da família tirando meus irmãos e meus pais, o resto da família não posso contar." R1

"Posso contar com os meus irmãos, essencialmente, posso contar com os meus compadres, os

**Relações interpessoais
de confiança**

Família de origem

padrinhos do meu filho e os meus padrinhos (...) meus amigos que depois desapareceram todos (...)" R2
 "Com a minha família (...) E com quem não pode contar? Com os outros (...)" R4
 "O meu irmão, a minha mãe (...) só posso contar com o meu núcleo familiar, dois ou três amigos, de resto..." R7
 "(...) eu fico a pensar, eu não sei se tenho amigos (...) amigos, amigos são as minhas filhas." R9
 "(...) quem posso contar é com minha mãe e minhas filhas, de resto mais ninguém." R10

Unicamente a mãe

"Na minha mãe (...) Em quem não pode confiar? O rapaz que supostamente fui envolvido numa
 "Com a minha mãe." R8
 "(...) posso contar é com minha mãe só (...) e o rapaz que eu trabalhava (...) não posso contar, os meus irmãos e algumas pessoas ali, os vizinhos que eu não me dou muito bem (...)" R11

Companheira(o)

"Família, amigos, o meu companheiro, basicamente (...) talvez meu irmão, se calhar é a pessoa mais próxima de mim que se calhar não conto." R3

Padrinhos

"Com a minha mãe e meus irmãos ... e meus padrinhos (...) só família (...) assim de fora posso dizer praticamente ninguém. E da família tirando meus irmãos e meus pais, o resto da família não posso contar." R1

Representações acerca das relações familiares	Relação parental	Amigos	<p>"Posso contar com os meus irmãos, essencialmente, posso contar com os meus compadres, os padrinhos do meu filho e os meus padrinhos (...) meus amigos que depois desapareceram todos (...)" R2</p>
			<p>"O meu irmão, a minha mãe (...) só posso contar com o meu núcleo familiar, dois ou três amigos, de resto..." R7</p> <p>"(...) posso contar é com minha mãe só (...) e o rapaz que eu trabalhava (...) não posso contar, os meus irmãos e algumas pessoas ali, os vizinhos que eu não me dou muito bem (...)" R11</p> <p>"Família, amigos, o meu companheiro, basicamente (...) talvez meu irmão, se calhar é a pessoa mais próxima de mim que se calhar não conto." R3</p> <p>"Com imensa gente, imensa gente (...) todos os meses chega-me aqui quatro, cinco pessoas com...troquinhos para as minhas comprinhas, dos meus amigos." R12</p>
		Boas relações	<p>"(...) caraterizo ela como boa, saudável (...) nunca presenciei uma agressão entre eles (...) nunca vi o meu pai ser agressivo com a minha mãe... mandar alhos e bugalhos isso é normal, mas agressão física nunca presenciei nem acho que nunca aconteceu." R1</p> <p>"Uma boa relação, sempre se deram muito bem, sempre se entenderam muito bem em termos afetivos... sim, não haviam discussões em casa, muito pontualmente trocavam uma palavra (...)" R3</p> <p>"(...) lembra-me eram, eram amigos (...)" R5</p>

Relações conflituosas e seus desencadeadores

"(...) a relação dos meus pais eram boas." R9

"Eu fui durante a minha vida inteira, até hoje, até sair de casa dos meus pais, vítima de violência

doméstica, grave (...)" R2

"(...) sempre achei que era uma relação completamente desequilibrada, disfuncional (...)" R2

"(...) por vezes havia abuso de confiança, o meu velhote por vezes ele fumava e bebia (...)" R4

"(...) eu só vi uma vez, agarrou pelo cabelo e puxou (...)" R4

"A minha mãe é que sofria de violência doméstica, um pedaço (...)"

R6

"(...) quando meu pai tentava bater na minha mãe a gente tentava se meter aí (...)" R6

"(...) a minha mãe nunca largou o meu pai mas ia sempre sofrendo agressões e aquelas situações." R6

"O meu pai quando bebia, discutia, segundo a minha mãe diz (...) porque quando o meu pai bebia fazia asneiras (...)" R7

"Era turbulenta, era assim... era difícil pra minha mãe, mas ainda assim, quando o meu pai faleceu

ela, ela queria ele de novo (...)" R8

"(...) o meu pai quando brigava com minha mãe praticamente brigava era quando tavam na cama,

nunca era à frente dos filhos (...) já tão divorciados já tem dois anos e meio mais ou menos e ainda

estão em problemas porque ainda falta as heranças e isso (...)" R10

"(...) o seu pai batia a sua mãe? Sim. Batia, tinham discussões?

Várias, eu não me lembro que eu era

pequenininho (...) saiu de casa e deixou a minha mãe grávida do mais pequeno, arranjou outra

**Relação com os
progenitores**

Boas relações

mulher (...)" R 11

"Discussões toda a gente tem, agora o meu pai de ser de agredir assim, podia alguma vez ter

acontecido, mas (...)" R12

"Era um bocadinho de tudo porque naquele tempo as mães não trabalhavam, só os pais por isso quem pagava as contas todas eram os pais (...) os ciúmes apercebi-me, mas foi numa viagem (...)" R2

"(...) o meu pai queria ser o "manda chuva", mas depois a minha mãe estava por cima e era mais essa situação." R6

"(...) ele fumava e bebia (...) era quando estava sob o efeito de álcool? Vai-se dizer que sim." R4

"(...) já se sabe o gajo trabalhava na agricultura era vinho e cerveja, era mais por isso (...)" R6

"Sim, predominantemente o álcool." R7

"O álcool era, era o álcool... não havia outro (...) era o álcool, era a bebida, não há outra

explicação (...)" R8

"Era o álcool, também como... eu fui buscar um pedacinho disso ao meu pai (...)" R11

"Não, o meu pai não bebia só que era uma pessoa que tinha um regime muito forte, era como ele

dizia (...)" R10

"Na minha infância tinha uma boa relação com os dois (...)" R1

"Normal, pra mim é normal, pra eles já não é... porque o meu percurso é assim (...)" R4

"Eu dava-me bem, nunca tive problemas nenhuns (...)" R5

**Relações de proximidade
com a mãe**

"(...) nós dávamo-nos bem com os dois, mas a minha mãe tentou puxar a gente pra ela e eu sei que tinha uma boa relação com o meu pai, mas eu fui me afastando mais derivado a minha mãe ter-me puxado (...)" R1

"A relação com a minha mãe é uma relação perfeitamente normal de mãe e filho (...)" R2

"Sempre foi boa, talvez eu era um pedacinho fechado de mais (...) mas de resto era uma boa relação. Dava-se melhor com a sua mãe ou com o seu pai? Com a minha mãe... sim, sem dúvida (...)" R3

"Eu costumo dizer que sou o namorado da minha mãe (...) E com o seu pai? Ah, era assim, assim (...)" R6

"(...) a relação com a minha mãe, adoro a minha mãe... sempre tivemos uma relação de cumplicidade, amizade (...) acho que trocava a minha vida pela dela (...)" R7

"(...) minha mãe era excelente pra nós, era uma pessoa, o porto seguro, a quem nós recorriamos em busca de proteção... de apoio, isso tudo (...)" R8

"Com o meu pai era (...) a gente às vezes chateava-se..., mas hoje vejo que ele tinha razão (...) eu cá minha mãe (...) sempre foi uma grande mulher, tenho uma grande admiração pela minha mãe (...)" R9

"(...) era mais com minha mãe (...) além de ser mãe era como amigos (...)" R10

"(...) já sabemos que com o seu pai a relação não foi a melhor... Nem a melhor nem a pior (...) E a sua relação com a sua mãe? Uma relação de mãe e filho (...) é respeitar a pessoa que pôs a gente no

mundo (...)" R11

"(...) eu dava-me mais com a minha mãe do que com o meu pai(...)"

R12

Relações de conflito com o pai

"(...) penso que tive mais um afastamento do meu pai... era a "sua bênção" ou uma palavra ou duas

assim e não tanto como a minha mãe." R1

"(...) era difícil ele perceber que tinha filhos e que tinha que contribuir (...)" R1

(...) com o meu pai era turbulenta, muito turbulenta (...) a última vez que falei com ele foi no funeral

da minha mãe, há cinco anos atrás (...)" R2

"Com o meu pai não consigo, como eu já referi, com o meu pai é difícil (...)" R7

"(...) do meu pai, a gente fugia-se dele, nunca procurei o meu pai para um conselho, nunca procurei

meu pai pra desabafar sobre nada, nada... não procurei ele pra nada, é incrível, nunca procurei ele

pra nada, verdade (...)" R8

"(...) eu com meu pai... não que tivesse uma boa relação porque como o meu pai me batia sempre

pra ter mais confiança com meu pai me custava... era mais com minha mãe (...) além de ser mãe era

como amigos (...)" R10

"(...) ele pega num cabo de vassoura e foi me dando, foi me dando, foi me dando até se cansar,

cansou-se, foi outra vez ao bar, e bebeu mais (...) foi-se embora pra casa, chegou a casa e voltou a

me bater (...)" R11

Relação com os irmãos**Boas relações**

"(...) com as minhas irmãs foi sempre boa, com o meu irmão mais velho era um pedacinho complicado (...) havia muita agressão física entre mim e ele (...) mas também as nossas brigas era tipo ... típico de irmãos (...) já não vejo ele há um ano e tal, mas de vez em quando telefono pra ele está tudo bem, adoro ele (...)" R1

"Perfeitamente normal, são irmãos que ... - apoiam? - 100 por cento, 100 por cento (...)" R2

"(...) com a minha irmã é ótima (...)" R3

"(...) muito bem, tenho uma irmã gêmea e tenho uma irmã que é dois anos mais velha, mas dou-me lindamente (...)" R4

"Dou-me bem com eles todos, todos, todos." R5

"Súper bem, uns melhores que outros, mas já se sabe que as maninhas são mais (...)" R6

"(...) tenho uma relação mais próxima com o meu irmão (...) em relação à minha irmã como ela tem uma diferença de idade de sete anos, casou cedo, constituiu família, víamo-nos periodicamente (...)

com o meu irmão sempre tive uma relação mais direta (...)" R7

"Excelente, meus irmãos, eles... vêm me ver sempre (...) a gente temos uma boa relação, somos amigos (...)" R8

"Sim, sim, apesar de a gente já há muito não se falarem, principalmente os que estão no Canadá, mas sim." R9

Relações distantes

"(...) com o meu irmão tou um pouco afastado, mas já foi algo que foi antes de vir para aqui (...)

**Padrões
Transgeracionais**

Atributos da família

para o EPF... não me relaciono, simplesmente (...) na altura houve uns desentendimentos por causa

de dinheiros e acabamos por cortar relações." R3

"(...) minha relação com meus irmãos é (...) praticamente... a relação é pouca (...)" R10

"(...) dos dois mais velhos veio de agravar a partir de 2010 pra cá (...)" R11

"Amizade (...) é passiva, demasiado passiva." R1

"(...) ser trabalhadora (...) hum, a agressividade." R1

"(...) união (...) às vezes poderíamos nos preocupar mais pela vida dos outros (...)" R2

"(...) seriedade e humildade (...) talvez a teimosia, talvez a teimosia (...)" R2

"União (...) às vezes as pessoas tentarem transparecer que está tudo bem quando não está (...)" R3

"União (...) a compreensão." R4

"Os genes, os genes (...) famílias separadas (...)" R4

"Amizade com todos, conviver com todos (...) eu não quero mal pra ninguém (...)" R5

"São uma família humilde (...) são teimosos." R6

"O respeito (...) não gostam de ficar por baixo (...)" R6

"Altruísmo, se calhar (...) não consigo (...)" R7

"Os valores (...) não vá achar que isto é a família perfeita, claro que não... uma coisa má... não

consigo descrever." R7

"(...)a solidariedade que existe entre nós (...) temos todos esta personalidade de explosivo (...)" R8

"(...) somos trabalhadores e cuidar da família (...)" R8

	"Muita responsabilidade (...) já não ver as minhas filhas há muitos anos (...)" R9
	"(...) sempre foram trabalhadoras (...) eram exigentes." R9
	"(...) trabalhador (...) a violência (...)" R10
	"A união, sim união (...) o regime (...)" R10
	"(...) a relação com as minhas tias (...)" R11
	" (...) ter sempre as coisas pagas a tempo e horas (...)" R11
	"(...) a única coisa que eu vejo na família é que vão e voltam (...) a ausência talvez." R12
	"Só se forem as aparências (...) única coisa que eu acho que foi mal foi as heranças (...)" R12
Consumos abusivos	"(...) talvez o problema do álcool (...)" R8
	"(...) a bebida, o vício do álcool (...)" R11
Tradições	"(...) as tradições, talvez... muitos Natais, juntos, em família (...)" R3
Comportamento violento	"Este comportamento veio da minha infância (...) ia pra escola, havia sempre um ou dois que me batiam e como eu tinha primos também começaram a me instigar a responder na mesma moeda ... levou com que eu também começasse a ser agressivo (...)" R1
	"(...) meu avô e foi uma pessoa que lidei sempre com ele desde pequeno, na fazenda e ele (...) contava-me história de pancadaria que tinha, que teve e isso pensando ia ficando na cabeça (...)" R1
	"(...) isso pra mim foi instigado pelas agressões que sofri, pelo... pelo incentivo dos meus primos

**Episódios violentos
fora da família nuclear**

e irmão também para responder da mesma moeda e conversas com o meu avó e assim." R1

"(...) se eu tivesse tido uma educação baseada no amor, no carinho, no diálogo, se não tivesse visto violência (...)" R8

"(...) havia só um tio meu que era um pedacinho violento (...)" R3

"(...) há um tio aí que também esteve preso... homicídio, mas já foi há muitos anos atrás (...)" R7

"(...) meus avós eram (...) provavelmente havia violência doméstica talvez (...)" R8

"(...) meu avô da parte da minha mãe foi pouco também, mas também era, era um regime forte também (...)" R10

"(...) o meu avô era mais violento quando a gente jogava à bola no quintal (...)" R11

"(...) minha avó da parte do meu pai saiu de casa por causa de se juntar com outro homem, por causa da violência (...)" R11

"(...) meu avô era muito calmo, muito calmo (...)" R12

Autoridade e poder

Na família de origem

"(...) em casa desde que me lembro quem ponha as regras era minha mãe porque meu pai era tipo... focava-se muito nele (...) castigava quando tinha que ser (...) e batia (...) minha mãe é que ponha as regras também devido ao ensino que ela teve (...) por um lado quando ela me batia é claro que não vou dizer que gostava, mas... ponha-me um travão (...)" R1

"O meu pai é que imponha as regras (...) a minha mãe era muito progressiva, deixava quase fazer tudo (...)" R2

"(...) às vezes até havia punição pra quem abrisse a boca, levava com um chicote que o meu pai lá tinha (...)" R2

"Era a minha mãe, o meu pai sempre foi um pedacinho ausente (...) tinha sempre o vime, tinha sempre aquelas coisas, hum normal da antigamente de se usar (...)" R3

"O pai (...) eu cá comi castigo, castigo (faz gesto de bater)." R4

"Era mais o meu pai, mais o meu pai (...) tinha-se mais horas tipo pra chegar da escola (...)" R6

"(...) era uma família conservadora, obvio que era o meu pai (...) umas palmadas, umas palmadas com um pau (...) era comum na altura (...) eram mais castigos físicos que outra coisa (...)" R7

"Quem ponha as regras era o meu pai, mas era com castigos e com pancadaria (...) o meu pai era alcoólico, batia e tal, e ele nunca falava connosco (...) foi assim um pedaço rígida a nossa educação e então (...) a porrada não ensina ninguém (...)" R8

" Era minha mãe, minha mãe batia-me às vezes, meu pai acho que só me bateu uma vez (...)

em casa minha mãe é que mandava (...)" R9

"(...) o meu pai na altura (...) a minha mãe praticamente ela não era de bater (...) bater, bater foi mais

o meu pai que ele me dava com correia (...)" R10

"(...) minha avó é que cuidou da gente (...) ela não ponha regras, a gente fazia o que queria que ela

	não via, era cega (...)" R11
Na família constituída	<p>"Era muito mais a mãe que fazia essa parte dos castigos... sinceramente nunca consegui assim muito... ser muito rígido com ela (...)" R3</p> <p>"E no caso dos seus filhos quem imponha as regras? Ah isso era sempre as mães, claro! (...) isso era tudo a mãe, trabalho da mãe, eu não podia ver ela castigar, às vezes eu dava uma chapadinha no rabo e eu fazia barulho, mas isso..." R6</p> <p>"(...) as regras, normalmente, é o homem, mas sempre com a cooperação dela (...) a gente educava e falava-se com elas (...) e alguns castigos, sim, como por exemplo sem televisão (...) mas agora de bater não." R8</p> <p>"(...) mãe, uma mãe que soube educar muito bem, mas muito bem as minhas filhas (...) isso ficou tudo à responsabilidade da Helena (...)" R9</p> <p>"(...) praticamente eu nunca tinha batido na minha filha, nunca gostei de bater (...) o que eu faço, às vezes, dava uma palmada no rabinho, mas não era grande coisa (...) castigava, tirava o tablet, brinquedos (...) a minha mulher também castigava igual (...)" R10</p>
Tipo de regras	<p>"Não faltar à escola, ir à missa, catequese, fazer sempre a lida da casa (...) e não andar pela rua." R1</p> <p>"Era mais o meu pai, mais o meu pai (...) tinha-se mais horas tipo pra chegar da escola (...)" R6</p> <p>"(...) rezar antes de comer (...)" R7</p>

			"(...) tínhamos que ir à missa todas as semanas (...) havia a hora de almoço, a hora de jantar, tinha a catequese, a escola, tinha aquelas horas todas. Já na minha não." R9
Planos de vida	Planos familiares	Constituir vida familiar	"As minhas expetativas é ter trabalho, construir família, ajudar os meus pais (...) e os meus irmãos (...) que a condicional corra tudo bem (...)" R1 "(...) meus planos de vida passam pelo meu desenvolvimento pessoal ... e espiritual, hum profissional, essencialmente e depois viver pro meu filho (...)" R2 "(...) viver no Funchal, possivelmente com o meu namorado e com a minha família nuclear (...)" R3 "(...) viver num T2 e prontos arranjar... ver se arranjo uma companheira (...)" R5 "(...) na parte pessoal ser pai é um sonho (...)" R7 "(...) quero viver com a minha mãe... conquistar as minhas filhas(...)" R10 "(...) ajudar a minha mãe e as minhas filhas a tarem um pouco melhores financeiramente." R10
	Planos pessoais	Emigração	"(...) hum, talvez emigrar para Londres (...)" R1 "Eu tenho duas ideias ... ou vou pra Amesterdão (...) ou vou para a terra dos meus pais que é São Tomé (...)" R2
		Aspirações religiosas	"(...) tentar arranjar trabalho (...) quero seguir a religião (...) me converter espiritualmente, me converter a Deus (...)" R8
		Aspirações políticas	"Ou quisá também tenho aspirações políticas (...)" R2

Planos profissionais	Trabalhar por conta própria	<p>“(...) em São Tomé, que penso abrir lá um negócio (...)” R2</p> <p>“(...) vou viver aqui na Madeira, quero abrir alguma coisa sobre meditação e sobre medicina (...) e gostava de ir viajar o mundo a pé (...)” R4</p> <p>“(...) pretendo abrir um bar ... era um sonho que eu queria realizar, pronto ... abrir um bar ou alguma coisa tipo de hambúrgueres ou vender comeres assim (...)” R6</p> <p>“(...) alugar um apartamento (...) em termos profissionais eu quero continuar no ramo imobiliário (...) e depois tenho objetivo principal criar a própria imobiliária e lançar um segundo livro (...)” R7</p>
	Trabalhar por conta de outrem	<p>“(...) trabalhar muito ... e as minhas mulheres são as minhas filhas (...)” R9</p> <p>“(...) voltar ao meu trabalho e continuar com a minha vida pra frente... não vir aqui bater mais nenhuma vez (...)” R11</p> <p>“O meu trabalho... a habitação vai me dizer qual é a casa que me vão atribuir (...)” R12</p> <p>“Me apresentar à Câmara e trabalhar (...)” R12</p>
